

Nossa América Nuestra

# EL SALVADOR

Da luta armada aos governos eleitos



VALTER POMAR



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

NossaAméricaNuestra

# EL SALVADOR

Da luta armada aos governos eleitos



VALTER POMAR

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

2018

## FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

### COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO NOSSA AMÉRICA NUESTRA

Iole Ilíada

Gustavo Codas

### EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira Filho

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Foto da capa:

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo:

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

P784s Pomar, Valter.  
El Salvador : da luta armada aos governos eleitos / Valter Pomar. – São Paulo :  
Fundação Perseu Abramo, 2018.  
128 p. ; 19 cm. – (Nossa América Nuestra)

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-5708-066-9

1. El Salvador - Política e governo - História. 2. El Salvador - História.
3. El Salvador - Economia. I. Título. II. Série.

CDU 32(728.4)(091)  
CDD 320.97284

Coleção  
Nossa América Nuestra

# El Salvador

Da luta armada aos governos eleitos

Valter Pomar

São Paulo, 2018



# | SUMÁRIO |

**7** APRESENTAÇÃO

**13** INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

**15** UM GRANDE PAÍS

CAPÍTULO 2

**51** A FMLN NECESSÁRIA PARA NÓS HOJE

CAPÍTULO 3

**75** ENTREVISTAS COM ERNESTO ZELAYANDIA, VANDA PIGNATO  
E MAURÍCIO FUNES CARTAGENA

CAPÍTULO 4

**115** PROGRAMA E ESTRATÉGIA

**125** REFERÊNCIAS

**127** SOBRE O AUTOR



# Apresentação

A América Latina viveu, no último período, o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”, durante o qual a região conquistou avanços importantes. A maioria dos países tirou importantes contingentes da população da miséria, que alcançaram novos e mais altos níveis de renda e condições de vida. Em muitos casos, fortaleceu-se o mercado formal de trabalho e ampliaram-se os níveis salariais, com consequente melhoria na distribuição da renda. Novos programas econômicos, sociais, ambientais e culturais introduziram a região em um ciclo diferente de desenvolvimento, visando a superação do período neoliberal. A região deixou de ser o “pátio traseiro” dos Estados Unidos e obteve vários avanços no que se refere à integração regional. Em alguns desses países, houve avanços substantivos no reconhecimento de direitos de populações antes marginalizadas, como no caso dos indígenas. Também assistiu-se a importantes processos consti-



tuintes, que visaram consolidar os processos democráticos estabelecidos.

Mais recentemente, entretanto, temos assistido a uma verdadeira contra-ofensiva das direitas na região, o que tem levado muitos a debater a tese do “esgotamento” deste ciclo. Esta tese, no entanto, ganha significados distintos, quer se trate da análise das elites econômicas e políticas que visam retomar estes governos, quer seja feita pelos setores de esquerda, que ao observar os limites e equívocos desse processo o fazem na perspectiva de superá-lo e seguir avançando em seu projeto.

Visando contribuir com esse debate, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lança a presente coleção, batizada de *Nossa América Nuestra*. Cada livro que a compõe, ao tratar de um país específico envolvido neste “ciclo” – mas sem perder de vista o contexto regional –, busca analisar seus processos políticos particulares, assinalando conquistas, impasses e desafios a serem respondidos. Contrapondo-se à ideia de “fim do ciclo” tal como é expressa pela direita, a coleção não deixa contudo de registrar as dificuldades para prosseguir com os avanços, em um momento em que a crise mundial do capitalismo desenvolvido faz com que a pressão econômica e política sobre a periferia do sistema se acirre.

Pensada para ser uma coleção que possa atingir a todos os públicos interessados, desde aqueles já versados no tema até os que buscam informações preliminares sobre o assunto, os volumes que a compõem possuem também um caráter paradidático, ao oferecer, em linguagem bastante acessível mas sem abdicar da profundidade e da reflexão crítica, dados

e análises relevantes para a compreensão da história política e dos processos atuais vividos pelos países latino-americanos e caribenhos.

A coleção *Nossa América Nuestra* integra um programa de estudos e pesquisas mais amplo da Fundação Perseu Abramo (FPA), que visa reunir e produzir dados, análises e interpretações sobre os processos e significados do que se convencionou chamar de “ciclo progressista” na América Latina. Deste programa participam estudiosos com longa trajetória acadêmica, profissional e/ou militante em relação à conjuntura da América Latina e Caribe. A Fundação pretende, assim, fomentar a investigação das dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo, em cada país e na região tomada como um todo, avaliando também suas implicações geopolíticas, seja no que se refere aos projetos de integração regional, seja no que tange a sua inserção na ordem internacional.

Certamente este debate, sobre o qual existe relativamente escassa bibliografia em nosso país, é fundamental e estratégico para nós, brasileiros, que somos parte indissociável desta região do mundo. Por essa razão, a FPA espera que esta coleção, sem a pretensão de responder a todas as questões envolvidas na complexa temática, possa ser de grande utilidade para os que desejam uma América Latina e Caribenha integrada, soberana, democrática e desenvolvida social e economicamente.

*Diretoria da Fundação Perseu Abramo*





## ■ EL SALVADOR

**CAPITAL:** San Salvador

**IDIOMA:** Castelhana

**TERRITÓRIO:** 21.041 km<sup>2</sup>

**POPULAÇÃO** (2017): 6.350.000 habitantes

**TAXA DE MORTALIDADE** (até 5 anos, 2015-2020)

El Salvador: 16,7%

ALC: 20,8%

**TAXA DE DESEMPREGO** (2016)

El Salvador: 6,9%

ALC: 8,9%

## **ENVELHECIMENTO**

Pessoas com mais de 60 anos para 100 pessoas com menos de 15, em 2017

El Salvador: 42

ALC: 47

**Fontes:** CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, 2017; *Anuario Estadístico de América Latina y Caribe (ALC)*, 2017.



## Introdução

Este livro que você tem em mãos foi enviado para impressão quando se aprofundava o ataque da direita contra a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), numa versão salvadorenha do que ocorreu e segue ocorrendo em todos os países da região onde as forças de esquerda conseguiram conquistar, através do voto, a presidência da República.

Não sabemos qual será o desfecho deste conflito. O que sabemos é que a situação dá mais motivos para que a esquerda brasileira, a começar pela militância petista, estude a experiência salvadorenha. Contribuir nisto é o propósito deste livro, intitulado *Da luta armada aos governos eleitos* e composto por cinco capítulos.

O primeiro capítulo faz um “voo de pássaro” sobre a história de El Salvador. O segundo reproduz trechos de *Legado de un revolucionario: Del rescate de la historia a la construcción del futuro*, livro de Schafik Hándal publicado

em 2011. O terceiro capítulo contém depoimentos e textos de três protagonistas da experiência salvadorenha: Ernesto Zelayandia, Vanda Pignato e Maurício Funes. O quarto capítulo contém trechos selecionados da resolução sobre programa e estratégia aprovada em novembro de 2015, pelo primeiro Congresso da FMLN. Finalmente, há um anexo com indicações de livros, filmes e páginas eletrônicas.

Dedico este livro a companheira Vanda Pignato, ministra do governo Salvador Sánchez Cerén e uma das presas políticas da nova Operação Condor desencadeada contra a esquerda latino-americana.

## CAPÍTULO 1

## Um grande país

El Salvador fica na América Central. Possui 21.041 quilômetros quadrados e uma população estimada em 6,3 milhões de habitantes – não contando neste número os que moram no exterior –, o que significa uma densidade populacional de 298 habitantes por quilômetro quadrado. Para fazer uma comparação, é como o território de Sergipe, mas com uma população três vezes maior, equivalente a do estado do Maranhão.

Apesar de diminuto, territorial e populacionalmente, El Salvador foi palco de grandes batalhas, similares às que ocorreram desde 1492 em grande parte da América Latina e Caribe: a chegada dos colonizadores espanhóis, a violência sistemática contra as populações indígenas, a conquista da independência política, a consolidação de uma economia agroexportadora controlada por latifundiários, a industrialização limitada, prolongadas lutas políticas e sociais, governos autoritários e ditaduras militares, intro-



missão de potências estrangeiras, luta armada e conquista de liberdades democráticas, os governos neoliberais e, desde 2009, governos de esquerda.

A fase colonial se concluiu em 1821, com a proclamação simultânea da independência e da república. O protagonismo foi da oligarquia latifundiária, que se dedicava principalmente ao cultivo e à exportação do anil, uma planta utilizada para fazer corantes, num tom de azul conhecido também como “índigo”. O anil era plantado em grandes, mas também em pequenos lotes de terra. Sua produção misturava trabalho escravo e servil, com trabalho de assalariados e de pequenos proprietários. A exportação era monopolizada pela Espanha, envolvendo no caminho comerciantes de diferentes portes.

Com a revolução industrial e a expansão da indústria têxtil, aumentou a demanda por corantes em geral, e pelo anil em particular. Como seus negócios eram taxados pela metrópole colonial, os oligarcas locais tornaram-se partidários da independência. El Salvador se libertou do domínio espanhol, aboliu a escravidão e também fundou uma República.

Qual o lugar dos indígenas e camponeses neste processo? O de fornecedores de mão de obra barata. Mas à medida que o anil foi perdendo espaço para os corantes químicos, a oligarquia foi transitando para a cafeicultura. E, para isso, não bastava o acesso à mão de obra barata. Era preciso, também, que os indígenas e camponeses perdessem o controle de suas terras, que eram exatamente as mais adequadas ao cultivo do café. É isto que ocorre a partir dos anos de 1881 e 1882, com a Lei de extinção das comuni-

dades indígenas como propriedade coletiva da terra e com a Lei de extinção dos *Ejidos*.

Até então havia quatro formas de propriedade da terra: as terras de propriedade do Rei de Espanha, que depois da independência passaram à propriedade do Estado republicano; as terras que o Rei havia cedido para particulares, geralmente nobres espanhóis, chefes militares e soldados; as terras comunais indígenas; e o *ejido*, um tipo de propriedade municipal, com antecedentes que remontam ao que fizeram os conquistadores romanos em terras ibéricas. No caso de El Salvador, parte do território do *ejido* era distribuído entre os camponeses, que pagavam ao município uma renda pela ocupação das terras. As terras *ejidales* eram férteis, motivo pelo qual foram cobiçadas pelos latifundiários do café.

Além das duas leis já citadas, foram introduzidos outros mecanismos legais e estatais, com a finalidade de legalizar e perpetuar a expropriação de indígenas e camponeses. É o caso do Registro da propriedade raiz (1897): a partir de então, só seria reconhecida legalmente a propriedade privada da terra cujo título de domínio estivesse registrado. Havia também os Títulos supletivos de domínio: se alguém se apresentasse ao tribunal dizendo ser dono de uma terra, o juiz podia afixar um edital informando o pleito, convocar testemunhas e, passado um determinado prazo, emitir uma sentença convertendo o reclamante em proprietário de direito. Com o título na mão, o proprietário poderia pedir Pronto e Eficaz Auxílio policial, por exemplo da Guarda Nacional criada em 1911, a quem ca-

beria expulsar as pessoas que haviam “invadido” a propriedade, ou seja, os verdadeiros e antigos proprietários. Para completar o pacote, havia a Lei contra a vadiagem – similar às “leis sanguinárias” da Dinastia Tudor (1485-1603) –, para forçar o camponês expropriado a converter-se num assalariado.

Portanto, no final do século XIX e início do século XX, El Salvador experimentou uma reforma agrária capitalista, concentradora de terras, que teve como um de seus principais efeitos destruir as bases materiais da vida dos indígenas. Evidentemente, os indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos resistiram a isto, por meio de lutas cotidianas, levantes armados e criando organizações políticas e sociais.

Um dos instrumentos da resistência foi a Federação Regional dos Trabalhadores, fundada em 1925. Entre as demandas da Regional estavam *tortillas* maiores; mais feijão e café para os trabalhadores agrícolas; pagamento do salário em moeda (e não com cupons para consumo nos barracões dos fazendeiros); jornada de trabalho de oito horas para os homens e de seis horas para mulheres e crianças.

Outro instrumento da resistência foi o Partido Comunista de El Salvador, fundado em 30 de março de 1930. O PCS considerou a eleição presidencial de janeiro de 1931 uma “batalha burguesa, na qual os comunistas não tinham nada que fazer”. Foi eleito presidente o engenheiro Arturo Araújo, tendo como vice o general Maximiliano Hernández Martínez. Poucos meses depois da posse, Arturo sofreu um golpe de Estado, que colocou no poder seu vice. Os

golpistas não adiaram as eleições para prefeitos (3 de janeiro de 1932) e deputados (10 a 12 de janeiro de 1932).

As camadas populares participam ativamente destas duas eleições, marcadas por intensa repressão, fraudes e por uma insurreição popular mais ou menos espontânea, que o Partido Comunista – depois de muitas dúvidas e debate – decidiu transformar num levantamento armado, marcado para a meia-noite do dia 16, depois adiado para o dia 19 e finalmente desencadeado no dia 22 de janeiro de 1932.

A repressão foi brutal: o governo admitiu 12 mil mortos, os revolucionários falaram em 30 mil. No dia 1 de fevereiro de 1932, foram executados Farabundo Martí, Mario Zapata e Alfonso Luna, integrantes de um comitê responsável por dirigir a insurreição, mas que foram presos antes mesmo dela iniciar. A insurreição de 1932 foi, num certo sentido, o último grande levantamento indígena-campeño contra a “reforma agrária capitalista”.

Teve início assim a ditadura de Hernández Martínez, primeira de uma série de governos militares – de fato e/ou de direito – que vão caracterizar a história de El Salvador até os acordos de paz de 1992. Ditaduras que não estabilizaram politicamente o país, até porque os próprios militares impulsionavam golpes e contragolpes. Hernández Martínez foi alvo de um golpe, entre 2 e 4 de abril de 1944. O golpe fracassou, mas o ditador não resistiria a *Huelga de Brazos Caídos*, uma greve geral iniciada logo depois, e que no dia 9 de maio de 1944 obrigou-o a buscar refúgio na Guatemala.

A sucessão de golpes e ditaduras não alterava o cenário econômico e social: diferente do que ocorreu no Brasil, a crise mundial de 1929 não estimulou uma cisão na oligarquia salvadorenha e o início de um processo de industrialização. Pelo contrário: até os anos 1980, a economia de El Salvador continuaria girando ao redor do cultivo, beneficiamento, transporte, comercialização, financiamento e exportação de produtos como o café, açúcar, algodão e camarões. O mercado interno era suprido em parte com importações e noutra parte por uma produção local, muitas vezes de caráter artesanal ou manufactureiro, mantida dentro de limites muito estreitos, de bens para consumo.

Em parte devido ao caráter sazonal da produção agrícola, também se constituiu, desde muito cedo, um exército industrial de reserva, fonte da migração de milhões de salvadorenhos em busca de empregos no exterior, o que em alguma medida contribuía para esvaziar a tensão social no interior do país.

Aos capitalistas salvadorenhos, assim como aos capitalistas estrangeiros que investiam ou se mudavam para o país, interessava antes de tudo manter baixos os salários, algo facilitado pela ausência de direitos e proteção legal. Contavam, para isto, com os governos nacionais quase sempre a serviço da oligarquia latifundiária e com os Estados Unidos.

Talvez como reação à ingerência externa, desde muito cedo a esquerda salvadorenha adotou um internacionalismo muito ativo. El Salvador tem fronteiras terrestres com Guatemala e Honduras. Atravessando o Golfo de Fonseca, está

a Nicarágua. Entre 1927 e 1933, o general Augusto César Sandino dirigiu a luta armada do povo nicaraguense contra os invasores ianques. Em El Salvador, uma assembleia convocada pela Universidade Popular (uma instituição de educação política, apoiada pela Federal Regional dos Trabalhadores) designou um grupo de militantes para apoiar a guerrilha comandada por Sandino. Entre estes militantes estava Farabundo Martí, que chegou a ser coronel do Exército Defensor da Soberania Nacional e secretário de Sandino. Funções que exerceu até que Sandino rompeu com ele, entre outros motivos porque Martí era comunista.

Como se pode ver pelos exemplos dados antes – luta sindical e popular, internacionalismo militante, processos eleitorais, levante revolucionário, golpes e contragolpes militares, greve geral – a história de El Salvador é extremamente movimentada e politizada. Não faltou nem mesmo uma guerra, no caso entre El Salvador e Honduras, no ano de 1969. É importante ter isto em conta quando se analisa a guerrilha dos anos 1970 e 1980: não se tratava de um *bang-bang* conduzido por aventureiros, mas sim de uma opção estratégica.

Para compreender esta opção, é preciso lembrar que, contando a partir do ditador Hernández Martínez e até a vitória da FMLN, El Salvador teve 24 governos. Destes, apenas oito foram encabeçados por civis, sendo que houve um único presidente civil antes de 1980. Os outros dezesseis governos foram encabeçados por generais, coronéis ou juntas cívico-militares. Dos 24 governos entre 1931 e 2009, apenas nove foram produto de eleições aparente-

mente competitivas. Os demais 15 resultaram de golpes de Estado, eleições fraudadas, eleição com candidatura única e outros processos antidemocráticos.

Considerando isto, mais a ingerência externa, grande parte da esquerda salvadorenha acabou optando pela luta armada, não apenas como via de acesso ao poder, mas também como uma maneira de proteger-se da repressão oficial e paramilitar contra toda e qualquer forma de luta ideológica, política e social. Evidente que contribuiu para isto o ambiente internacional, marcado pela vitória da Revolução Cubana e pela Guerra do Vietnã, assim como pela evolução similar que estava ocorrendo em outros países da região, como Nicarágua e Guatemala.

Um sinal desta sincronia está nos contatos diretos e indiretos entre futuros integrantes da FMLN e militantes da esquerda brasileira. É o caso de Carlos Marighella, que durante a Conferência da *Organización Latinoamericana de Solidariedade* (OLAS) – realizada em Cuba, no ano de 1967 – reuniu-se com Schafik Handal, Federico Baires e Domingos Santacruz, a quem devemos esta referência. Depois do assassinato de Marighella, algumas células de organizações salvadorenhas adotaram seu nome. Parte do *Mini-manual do Guerrilheiro Urbano* circulou em El Salvador. Domingos Santacruz nos revela, também, que um brasileiro participou das *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL), um engenheiro que ajudou a fabricar armamento caseiro, inclusive foguetes antiaéreos.

A opção da maior parte da esquerda salvadorenha pela luta armada se acelerou quando a União Nacional Oposi-

tora venceu as eleições presidenciais de 1972 e 1977, mas não levou, devido a fraude, que também afetou as eleições legislativas e municipais de 1974 e 1976.

Ou seja, a luta armada prevaleceu como forma de luta quando não apenas a esquerda, mas parte importante do povo se deram conta de que estavam fechados os caminhos pacíficos, eleitorais, institucionais. O assassinato do bispo de San Salvador, Dom Oscar Romero, crime cometido por um grupo de militares de direita em 24 de março de 1980, foi interpretado como mais um dos sinais de que só haveria um jeito de acabar com a ditadura.

Aliás, há quem considere que El Salvador viveu uma crise revolucionária entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980. A crise não virou uma revolução vitoriosa, mas teve como “saldo” a criação da Frente Democrático Revolucionário em 18 de abril de 1980; a criação da Frente Farabundo Martí pela Libertação Nacional, em 10 de outubro de 1980; o início de uma guerra civil que terminaria apenas em 16 de janeiro de 1992, com a assinatura dos acordos de paz.

A Frente Democrático Revolucionária (FDR) era uma instância unitária das “frentes de massa” impulsionadas por diferentes organizações de esquerda: o *Movimiento Popular Social Cristiano* (MPSC), o *Movimiento Nacional Revolucionario* (MNR), o *Movimiento Independiente de Técnicos y Profesionales de El Salvador* (MITPES).

Já a FMLN era uma articulação permanente de cinco organizações político-militares, com diferentes orientações teóricas e estratégicas, métodos de funcionamento interno e de implementação da luta armada.



A mais antiga destas organizações, mas a última a aderir à luta armada, foi o Partido Comunista de El Salvador (PCS). As Fuerzas Populares de Liberación Farabundo Martí (FPL) foram criadas anos antes, por dissidentes do Partido Comunista. O Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) foi criado por militantes vinculados à esquerda cristã. A Resistência Nacional (RN), por sua vez, foi criada por dissidentes do ERP. Finalmente, havia o Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos (PRTC), que, como o nome indica, não se limitava a El Salvador.

O fato de a Frente chamar-se “Farabundo Martí” foi uma homenagem ao histórico dirigente da esquerda salvadorenha; expressava, também, a influência ideológica do Partido Comunista e das Forças Populares de Libertação; e, finalmente, simbolizava a intenção de aplicar uma luta armada de natureza insurrecional, cujo objetivo explícito não era o socialismo, mas sim a “libertação nacional”.

Desde a criação até hoje, sempre conviveram diferentes posições dentro da FMLN. Nos anos 1980, por exemplo, havia uma tensão entre os que enfatizavam o componente político e os que enfatizavam o componente militar da luta armada.

Algumas vezes, esta tensão explodiu em fenômenos trágicos de “luta interna”, como o assassinato do poeta Roque Dalton (10 de maio de 1975), cometido por seus adversários no interior do ERP; assim como no assassinato da dirigente Ana Maria (6 de abril de 1983) e o suicídio de Cayetano Carpio (12 de abril de 1983), ambos da cúpula dirigente das FPL.

Mas, quando observamos os doze anos de guerra, fica claro que prevaleceu na ação da FMLN a combinação de formas de luta, a articulação entre a dimensão política e a dimensão estritamente militar da guerra, a percepção de que a guerra é a política feita através de outros meios. Por isto é tão importante estudar a experiência de El Salvador, inclusive por quem atua num país como o Brasil, onde as experiências de luta armada nunca chegaram a adquirir grandes dimensões.

É bom lembrar, mais uma vez, que El Salvador é um país muito pequeno, o que tornava mais difícil a ação da guerrilha, especialmente por falta daquilo que em linguagem militar se chama “retaguarda estratégica”.

Os governos de Honduras e Guatemala não facilitavam a ação da guerrilha em seu território; e para chegar na Nicarágua era preciso atravessar o mar. Isto levou muitos guerrilheiros salvadorenhos a pensar na luta armada como de rápida duração, mais uma insurreição do que uma guerra popular prolongada.

Foi esta visão que orientou a “ofensiva final”, iniciada em 10 de janeiro de 1981. A ofensiva não teve êxito, mas a partir de então a guerra assumiu outra dimensão e as organizações passaram a aprender com a sua própria experiência. Vale dizer que ao longo dos anos 1980, mesmo depois que se constitui a FMLN, cada uma das cinco organizações continuou mantendo suas próprias estruturas políticas e militares.

A guerrilha salvadorenha realizou prodígios militares, equacionando de maneira criativa a relação com as

massas, os trabalhos de informação e a contrainformação, a concentração dos guerrilheiros em grandes destacamentos e sua desconcentração em pequenos grupos, a combinação entre guerrilha e milícia, a constituição de “forças especiais” e as práticas de infiltração, a constituição de zonas “baixo controle da guerrilha”, a política de comunicação – na qual teve destaque a famosa rádio Venceremos – e os intrincados problemas de logística, do fornecimento de comida e remédios, até a obtenção do armamento. Este provinha tanto da expropriação quanto da compra, mas também de países amigos, como o Vietnã, que doou à FMLN fuzis M-16 que haviam capturado dos americanos e que passaram a ser utilizados contra as tropas da ditadura e de seus assessores ianques.

Em El Salvador, diferente de Cuba e Nicarágua, a luta armada não foi vitoriosa, desembocando num acordo de paz assinado em 16 de janeiro de 1992 e supervisionado por organizações internacionais. Mas o que impediu a vitória militar da FMLN não foi o exército salvadorenho, mas sim a participação em larga escala dos Estados Unidos na guerra, com dinheiro, armamento e apoio direto em campo. Podemos dizer, aliás, que os ianques fizeram o que fizeram, porque aprenderam tanto com a experiência cubana quanto com a experiência nicaraguense.

Por outro lado, em El Salvador, diferente do ocorrido na Guatemala – onde a guerra prosseguiu por mais tempo, o acordo de paz foi assinado apenas em 29 de dezembro de 1996 e a organização guerrilheira não conseguiu êxitos político-eleitorais – a FMLN conseguiu converter-se num

partido político legal com grande influência na política nacional, a tal ponto que venceu por duas vezes seguidas a eleição presidencial, em 2009 e 2014.

O que obrigou o governo de El Salvador a negociar a paz foi a combinação entre a força militar e a influência política, nacional e internacional, da guerrilha.

Ao mesmo tempo que travava batalhas militares, a FMLN também estava presente no terreno diplomático. Um exemplo precoce disto foi a Declaração Franco-Mexicana de agosto de 1981, assinada pelos governos López Portillo e François Mitterrand.

A partir de então, uma série de governos passaram a reconhecer a FMLN como força beligerante, o que permitiu manter embaixadores nos países, com os mesmos direitos que os embaixadores oficiais. Mesmo nos Estados Unidos, na gestão de Ronald Reagan (1981-1989), foi possível constituir um grupo de congressistas que se opunham à política oficial da Casa Branca.

A movimentação diplomática da FMLN se baseava em alguns pressupostos: a) o conflito salvadorenho era interno, não um reflexo do conflito entre URSS e EUA; b) a FMLN era uma força popular legítima, não um braço local da URSS ou de Cuba; c) a única maneira de encerrar o conflito era uma negociação; esta negociação devia envolver a FMLN. Um dos objetivos da movimentação diplomática era isolar a posição belicosa dos Estados Unidos e, com isso, enfraquecer a posição do governo de El Salvador. O resultado poderia ser uma vitória militar ou uma paz exitosa.

Evidentemente, os inimigos da FMLN também faziam política. Um exemplo: o governo Ronald Reagan, sob orientação do famoso criminoso de guerra Henry Kissinger, aumentou a ajuda econômica ao governo de El Salvador, para tentar isolar política e socialmente a guerrilha. A FMLN reagiu fazendo ações de sabotagem, ao mesmo tempo que continuava suas gestões diplomáticas.

Outro exemplo: o governo salvadorenho propôs que o resultado da guerra fosse decidido nas eleições presidenciais de março de 1989. A guerrilha respondeu propondo adiar por seis meses (para setembro de 1989) as eleições e garantias de que as eleições fossem livres. A direita entendeu este gesto da guerrilha como prova de fraqueza – supostamente devido à crise no bloco soviético – e não aceitou o adiamento.

Em março de 1989, Alfredo Cristiani foi eleito presidente. De 13 a 15 de setembro de 1989, no México, a guerrilha e o governo Cristiani realizaram uma rodada de negociações. Ao mesmo tempo em que negociava, a FMLN preparava uma grande ofensiva militar, iniciada em 11 de novembro de 1989. Ou seja: no mesmo dia em que caía o Muro de Berlim – 9 de novembro de 1989 –, a guerrilha lutava nas ruas de San Salvador!

Foi para obter recursos para esta ofensiva que setores da guerrilha salvadorenha estimularam a realização de sequestros em alguns países, entre os quais o Brasil. Um destes sequestros foi realizado na véspera da eleição presidencial de 1989. Os sequestradores foram presos e o PT foi acusado, pela direita brasileira, de envolvimento. A

acusação fez parte do *mix* de baixarias utilizadas pela campanha Collor e seus aliados para impedir a vitória de Lula.

Também foi durante aquela ofensiva – mais exatamente no dia 16 de novembro de 1989 – que o presidente Cristiani se envolveu pessoalmente na decisão de assassinar um grupo de padres jesuítas, tentando por a culpa na guerrilha. A armação não teve êxito, o escândalo internacional foi enorme e contribuiu para que o governo salvadorenho fosse obrigado a negociar um acordo de paz, agora sob pressão e acompanhamento direto do secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, e por um grupo de países “Amigos do Secretário Geral da ONU”, integrado pelos governos da Espanha, México, Venezuela e Colômbia.

No dia 4 de abril de 1990 foi assinado o Acordo Marco, que estabelecia as bases da negociação entre o governo salvadorenho e a FMLN. Foram dez anos de guerra, para conseguir iniciar uma negociação de paz!

Vale lembrar que em fevereiro de 1990, menos de dois meses antes da assinatura do Acordo Marco, os sandinistas haviam sido derrotados eleitoralmente. Que ainda assim a direita salvadorenha e o governo dos Estados Unidos não tenham conseguido evitar a negociação da paz, constitui mais uma prova da capacidade política e da força militar da FMLN.

A negociação dos acordos de paz também é cheia de ensinamentos. As conversações entre as FARC e o governo colombiano, concluídas recentemente, devem muito à experiência salvadorenha, que incluiu estabelecer acordos políticos acerca de temas como o papel das forças armadas,

os direitos humanos, o sistema judicial, o sistema eleitoral, a reforma constitucional, os problemas econômicos e sociais, o fim do enfrentamento armado e dos desrespeitos aos direitos da população civil, a reincorporação da FMLN na vida civil, institucional e política do país, os mecanismos de verificação do cumprimento dos acordos por parte das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo em que negociava, a guerrilha continuava operando e inclusive fazendo uma nova ofensiva, realizada em novembro de 1990. Tudo isto durou até 31 de dezembro de 1991, quando se concluiu a negociação, permitindo a assinatura dos acordos de paz em 16 de janeiro de 1992.

Desde então e até hoje, há muita discussão sobre qual foi o “saldo” dos acordos de paz. Obviamente, os acordos consagraram o fim da guerra civil. A FMLN se converteu em partido político, passou a ter uma forte presença no parlamento e nos governos locais e, em 2009, venceu as eleições para presidente da República. Como também é óbvio, os acordos não resultaram numa mudança estrutural na economia e na sociedade salvadorenha. Aliás, nunca a direita salvadorenha teria aceitado firmar um “acordo” em torno disto. Para tornar o balanço dos acordos ainda mais complexo, é preciso levar em conta que os anos 1990 foram de hegemonia neoliberal e estadunidense, com efeitos que se prolongam até os dias de hoje.

Talvez a questão seja, portanto, saber se havia alternativa melhor. Ou, noutras palavras, se por meio da luta armada a FMLN poderia atingir uma vitória revolucionária.

Trata-se de uma pergunta para a qual não há uma resposta definitiva, pois quando se trata da história humana não há como “testar” o que teria acontecido numa situação hipotética. Mas a experiência da Guatemala, a experiência da Nicarágua e a experiência da Colômbia dão indicações muito firmes no sentido de que a FMLN acertou em buscar os acordos de paz.

Como já dissemos antes, na Guatemala a guerrilha se prolongou e os acordos foram assinados em 29 de dezembro de 1996, num contexto internacional pior do que o existente quando a FMLN assinou os Acordos de Paz. Na Nicarágua, os sandinistas só conseguiram voltar ao governo em 2006, pela via eleitoral. E as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia mantiveram a guerra de guerrilhas até 2017, mas ao final negociaram e assinaram um acordo de paz. Além disso, desde 1979 até hoje não ocorreu nenhuma revolução vitoriosa na América Latina, ao menos se entendemos *revolução* no sentido clássico: quando as classes dominantes são derrubadas do poder político e expropriadas do poder econômico.

Considerando tudo isto, pode-se dizer que a FMLN estava correta ao buscar uma saída negociada: uma vitória militar não era impossível, mas era muito pouco provável.

A partir da assinatura dos acordos de paz, também conhecidos como Acordos de Chapultepec, tiveram início, em El Salvador, dois processos simultâneos e contraditórios entre si.

Por um lado, ocorreu a implantação do neoliberalismo, impulsionado pelos governos do partido direita



chamado *Alianza Republicana Nacionalista* (ARENA), que governou El Salvador entre 1989 e 2010.

A aplicação do neoliberalismo no Brasil ocorre na mesma época, aproveitando-se da crise do modelo nacional-desenvolvimentista conservador. Em El Salvador o que estava em crise era o modelo agroexportador, baseado especialmente no café e no algodão.

Durante quatro mandatos presidenciais consecutivos, os governos da ARENA aplicaram um programa econômico neoliberal. Privatizaram empresas públicas, realizaram uma abertura comercial, adotaram uma reforma tributária regresiva, buscaram firmar Tratados de Livre Comércio (TLC) e adotaram o dólar no lugar da antiga moeda nacional.

Como resultado, até mesmo a produção agrícola perdeu força, chegando ao ponto de 60% do consumo nacional de alimentos ser atendido via importação. A redução do emprego no campo aumentou a emigração para as cidades e para o exterior: entre 1990 e 2014, a população rural caiu de 60% para 38%.

O comércio – e dentro dele, a importação – tornou-se o principal setor da economia. Em 2014, a produção agropecuária e industrial foi de 7,4 bilhões de dólares; a importação foi de 10,5 bilhões de dólares. A conta só fecha graças aos dólares remetidos pelos salvadorenhos que moram no exterior. Desde 1990 até 2014, a população residente no exterior subiu de 462 mil para mais de 2 milhões.

Por outro lado, e em oposição ao neoliberalismo da ARENA, cresceu a força política e social encabeçada pela

FMLN. O que foi facilitado pelo cumprimento de alguns aspectos dos Acordos de Chapultepec, como a reforma do sistema eleitoral e judicial, e as mudanças no aparato policial e militar.

Contudo, o período entre 1992 e 2010 não foi de progresso linear para a FMLN. Para começo de conversa, não foi fácil a transição de organização político-militar para partido político legal. Havia que vigiar o cumprimento dos Acordos de Paz. E havia que impulsionar a luta social, política e eleitoral, agora contra políticas adotadas por governos neoliberais, devidamente “legitimados” através de processos “democráticos”.

Estas tarefas eram complicadas por dois processos, novos e contraditórios em si mesmo: a reinserção produtiva de combatentes habituados à clandestinidade e à guerra; e a adesão à FMLN de grande número de novos militantes, sem experiência anterior. Tudo isto num momento em que as ideias socialistas e revolucionárias estavam sofrendo um ataque brutal, em todo o mundo.

Como resultado disto tudo, teve curso uma dura luta interna na FMLN. Esta luta interna envolveu de tudo, desde polémicas sobre o destino dado a lança-foguetes que estavam escondidos na Nicarágua, até negociações acerca da composição da mesa diretora da Assembleia Nacional de El Salvador.

Num certo sentido, tratou-se de uma luta entre os que haviam recorrido à luta armada para derrotar a ditadura, contra aqueles que defendiam a necessidade de prosseguir a luta revolucionária, agora sob novas condições.

Teve muito destaque nesta luta aquele que durante a guerra havia sido o principal comandante do ERP, Joaquín Villalobos; e que depois da guerra se converteu em garoto-propaganda da “livre concorrência” e da “economia de mercado”.

Ao fim e ao cabo, ocorreram duas grandes crises na FMLN. A primeira delas em maio de 1994, quando um terço da bancada parlamentar eleita pela Frente fez um acordo com a direita (acordo conhecido como Pacto de San Andrés). Estes parlamentares eram vinculados ao Exército Revolucionário do Povo e à Resistência Nacional. A direção de ambas organizações rompeu em seguida com a FMLN.

A segunda crise ocorreu ao redor das eleições presidenciais de 1999, quando o grupo que então controlava a direção nacional da FMLN adota uma política de extrema moderação programática, o que resultou num recuo dos resultados eleitorais da Frente, não apenas nas presidenciais, mas também nas eleições de prefeitos e parlamentares.

Como reação a isto, se constituiu então a “Corrente Revolucionária Socialista”, que tinha entre seus principais protagonistas os já citados Schafick Hándal, Salvador Sanchez Ceren e Medardo Gonzalez.

Em 2002, já sob comando desta Corrente Revolucionária Socialista, a FMLN se definiu como uma organização democrática, revolucionária e socialista, adepta também da igualdade de gênero. Essa orientação se materializou na linha impressa à campanha presidencial de 2004, para a qual a FMLN lançou Schafik Hándal, um de seus comandantes históricos.

Vejamos os resultados obtidos até então pelas candidaturas presidenciais da FMLN: em 1994, Rubén Zamora obteve 378.980 votos (31,65%); em 1999, Facundo Guardado recebeu 365.689 votos (28,88%); em 2004, Shafik Hándal alcançou 812.519 votos (35,68%). Os dois primeiros candidatos eram “moderados”, o terceiro era considerado “radical”.

Uma das conclusões que se pode tirar destes números é a de que ter posições claras e radicais não prejudicava o desempenho eleitoral, muito pelo contrário. Nunca saberemos que implicações isto poderia ter tido na tática da FMLN nas eleições presidenciais de 2009, caso Shafick Hándal não tivesse morrido subitamente, em 2006, ao regressar da posse de Evo Morales.

Tudo apontava, entretanto, para a vitória da FMLN nas eleições municipais, legislativas e presidenciais de 2009, o que confirmaria existir uma situação de equilíbrio entre os dois processos que citamos antes: por um lado a implantação do neoliberalismo, por outro o fortalecimento do campo popular.

Efetivamente, nas eleições legislativas e municipais de 18 de janeiro de 2009, a FMLN elegeu 35 parlamentares e conquistou 96 prefeituras. E no dia 15 de março de 2009, o candidato da Frente venceu em primeiro turno as eleições presidenciais, obtendo 1.354.000 votos (51,32%).

Para disputar as eleições presidenciais de 2009, a FMLN escolheu como candidato alguém que não era um militante histórico e que até então não era nem mesmo filiado à Frente: o jornalista Maurício Funes Cartagena,

casado com uma brasileira e militante petista, a companheira Vanda Pignato.

O governo Maurício Funes foi sem dúvida uma novidade histórica. Mas, nas palavras do cientista político cubano Roberto Regalado, “o exercício do governo não inclinou a correlação de forças a favor da FMLN. O equilíbrio entre esquerda e direita se deteriorou ligeiramente nos três primeiros anos do mandato de Maurício Funes”.

Uma prova disto é que nas eleições municipais e legislativas de 2012, a FMLN vê sua bancada cair de 35 para 31 parlamentares e suas prefeituras caírem de 96 para 91. Importante dizer que entre 2009 e 2015, a direita venceu e governou a maior prefeitura do país: San Salvador.

Os resultados eleitorais, as dificuldades verificadas durante o governo Maurício Funes, mais a complicada situação internacional, produziram um debate intenso na FMLN, acerca de qual deveria ser a tática a adotar nas eleições presidenciais de 2014. No final das contas, prevaleceu a decisão de lançar como candidato outro dos comandantes históricos da FMLN: Salvador Sánchez Cerén.

No primeiro turno, dia 2 de fevereiro de 2014, Salvador Sánchez Cerén obteve 1.315.768 votos (48,93%), enquanto o candidato da ARENA teve 1.047.592 votos (38,95%). Uma diferença de 9,98%. Já no segundo turno, dia 9 de março de 2014, Salvador conquistou 1.495.815 votos (50,11%), enquanto o candidato da Arena conseguiu 1.489.451 (49,89%). Ou seja, uma diferença de apenas 0,22%.

Nas eleições parlamentares de 2015, a ARENA conquistou 35 cadeiras, a FMLN manteve suas 31, os demais parti-

dos elegeram 18. A aliança da FMLN com outros partidos manteve sua maioria. Já nas eleições municipais de 2015, a ARENA subiu de 116 para 119 e a FMLN manteve 85 prefeituras, mas contando aí 3 cidades conquistadas em coligação com outros partidos. Entretanto, desta vez a FMLN elegeu um aliado para governar a cidade de San Salvador: Nayib Armando Bukele Ortez, nascido em 1981.

Os resultados eleitorais permitiam diferentes interpretações, mas predominava a expectativa de que a FMLN e o governo Salvador Sánchez Cerén conseguiriam retomar o acúmulo de forças em favor do campo popular. Foi com isto em mente que a FMLN convocou seu Primeiro Congresso, realizado em novembro de 2015, portanto, 35 anos depois da criação da organização.

O Congresso da FMLN teve quatro fases: assembleias da militância de base para eleger delegações; assembleias de delegados e delegadas; seminários de debate e aprofundamento; e a plenária final do congresso nacional, realizada de 6 a 8 de novembro de 2015.

É útil conhecer os assuntos que foram tratados nos seminários de debate e aprofundamento: a) relação entre a FMLN e o Estado, incluída a relação com o governo central, com as bancadas parlamentares, com prefeitos e prefeitas; e com os militantes que integram conselhos municipais de prefeituras controladas por outros partidos; b) fortalecimento estrutural e organizativo da FMLN; c) fortalecimento das relações da FMLN com os movimentos populares, a construção do poder popular e o empoderamento do povo; d) fortalecimento do trabalho com a

juventude e com estudantes; e) fortalecimento dos meios de comunicação da FMLN e interação com os meios de comunicação dos movimentos populares, forças e instituições aliadas; f) conteúdos, metodologia e programa de educação e formação elaborados pela Secretaria Nacional de Educação Política e Ideológica; g) igualdade e equidade de gênero; h) recuperação, conservação e proteção do meio ambiente, baseados na política de sustentabilidade da FMLN; i) cultura e transformação social revolucionária; j) trabalho com os veteranos e feridos de guerra; k) relações internacionais da FMLN e trabalho com os salvadorenhos e salvadorenhas que vivem no exterior; l) recuperação e divulgação da memória histórica das lutas do povo salvadoreno; m) luta político-eleitoral da FMLN.

O Congresso aprovou documentos e resoluções sobre a formação econômico social de El Salvador; sobre o programa e a estratégia do Partido; sobre o funcionamento interno e a ação externa do Partido; além de uma resolução específica sobre “justiça e anticorrupção” e outro sobre a solidariedade internacional.

O Congresso disse que a FMLN foi um dos resultados do poderoso movimento popular que emergiu nas décadas de 1960 e 1970. Mas este movimento teria sido dizimado durante a guerra civil e não foi reconstruído no período posterior aos acordos de paz. Por isso, a FMLN não dispõe hoje de uma rede de movimentos sociais organizados, combativos e com consciência de classe.

Esta debilidade obrigou e obriga a FMLN a buscar o contato direto com o povo, nas campanhas eleitorais; e

a empregar com máxima eficiência os meios de comunicação que possui: um canal de televisão, uma estação de rádio, um jornal diário vespertino e dois jornais semanais, além de um portal eletrônico chamado de *Verdad Digital*. Mas o alcance e a influência destes meios são inferiores aos que estão sob controle da oligarquia.

A desigualdade na batalha de comunicação ajudaria a explicar o desconhecimento acerca da obra realizada pelos governos centrais da FMLN. Por exemplo: a criação do Banco de Desenvolvimento de El Salvador (BANDESAL); a entrega de mais de 50 mil títulos de propriedade a pequenos produtores agrícolas; políticas sociais as mais diversas, especialmente na área da educação, saúde e o programa Cidade Mulher.

Segundo o Congresso da FMLN, as gestões de Mauricio Funes (encerrada em 2014) e de Salvador Sánchez Cerén (que no momento do congresso tinha cerca de dois anos de existência) apresentam indicadores socioeconômicos superiores aos dos governos da Arena, por exemplo em termos de redução da pobreza, da desigualdade e do analfabetismo, o incremento da escolaridade e o acesso à saúde pública.

Apesar da desigualdade na batalha da comunicação, a FMLN conseguiu vencer duas eleições presidenciais. Mas a leitura da resolução do Congresso permite concluir que a predominância de uma estrutura econômica, social e política desigual poderia impor um teto e provocar uma tendência ao refluxo do crescimento eleitoral da FMLN.

Isto é indicado pela detalhada descrição da formação econômico-social salvadorenha feita pelas resoluções do



Primeiro Congresso da FMLN. A seguir reproduzimos trechos desta resolução:

*Predomina um modo de produção capitalista dependente e depredador do meio ambiente, patriarcal, com escasso desenvolvimento das forças produtivas, com uma economia muito aberta ao exterior e um modelo econômico de serviços comerciais e financeiros sustentado nas remessas familiares. Junto às relações capitalistas convivem outras formas de propriedade – estatal, mista, e social – com menos peso na estrutura produtiva e social. A dependência se expressa, sobretudo, na necessidade de importar meios de produção (maquinarias, ferramentas e equipamentos), pois a produção nacional está composta essencialmente de bens de consumo.*

*A estrutura social é muito diversa. As classes majoritárias são o proletariado, em especial do setor de serviços, o campesinato e a pequena burguesia. Também há um forte conglomerado de camadas sociais integrado por trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, empregadas e empregados públicos e pessoas dedicadas aos afazeres domésticos. A burguesia é a classe minoritária, porém com mais poder econômico. Dentro dela há um núcleo oligárquico formado por poucas famílias que controlam os pilares fundamentais da economia e estão articuladas ao capital transnacional. A oligarquia é o setor social economicamente dominante. O resto da burguesia não é hegemônico e se vê afetado pela estreiteza do mercado interno e pela expansão dos grupos oligárquicos.*

*Para a oligarquia, que controla a maior parte do mercado interno, que possui as principais empresas exportadoras e que pode evadir capitais para o exterior, o estreito mercado interno não é*

*um problema. Por isso, a oligarquia é o setor burguês que mais se opõe à redistribuição da renda a favor do Estado e dos setores de menos recursos.*

*Mas, para a maioria do empresariado nacional, que possui 99% das quase 162 mil empresas registradas pelo Ministério da Economia, a ampliação do mercado local é fundamental para melhorar suas vendas e seus lucros, pois poucas destas empresas exportam ou evadem capitais. A esse empresariado pertencem a pequena burguesia e a maior parte da burguesia, que não é oligárquica.*

*Com o novo modelo econômico conformaram-se vários grupos oligárquicos de capital nacional, principalmente ao redor das finanças (bancos, pensões e seguros) e o grande comércio importador. Esses grupos, integrados por poucas famílias multimilionárias que durante muitos anos acumularam fortunas, sobretudo com a produção cafeeira, apropriaram-se de algumas empresas que haviam sido estatizadas nos anos oitenta e de outras empresas públicas. Mais tarde, entre 2007 e 2008, venderam as instituições financeiras e ampliaram sua articulação com a burguesia estrangeira, especialmente da Colômbia, Panamá e Estados Unidos e dos demais países centro-americanos, onde proliferam seus negócios de serviços.*

*A oligarquia controla, sozinha ou aliada ao capital estrangeiro, os principais pilares da economia nacional e sua riqueza é maior do que antes da guerra. Algumas de suas empresas mantêm um poder monopólico, como é o caso da produção de farinha de trigo, sapatos e cerveja, e das comunicações, entre outros bens e serviços. Esses grupos representam, junto ao capital estrangeiro monopólico (nos setores do cimento, telefonia, aviação e outros), o setor dominante da economia nacional.*

*Entre 1990 e 2014, o emprego no agro diminuiu de 36% para 19% do total, na indústria (incluindo a construção), caiu de 25% para 20% e nos serviços aumentou de 39% para 61%. Isso significa que diminuiu ainda mais o peso do campesinato e da classe operária industrial na estrutura do emprego nacional e expandiu-se o proletariado de serviços. Nesses anos, também cresceu o emprego por conta própria. Nas principais cidades, consolidou-se um setor de subsistência de grande dimensão, que modificou a tradicional estrutura de classes do país. Milhares de pequenos negócios tornaram-se uma alternativa de emprego reprodutora da pobreza.*

*Em 2014, a População Empregada era de 2.644.082 pessoas, 57% homens e 43% mulheres. Do total empregado, 1.052.372 eram assalariados e assalariadas permanentes (61% homens e 39% mulheres) e 418.427 assalariados e assalariadas temporários (79% homens e 21% mulheres). No total seriam 1.470.799, mas se descontarmos as pessoas que trabalham na administração pública, nos serviços comunitários de saúde (do governo, ONGs, igrejas e organismos comunitários) e nas empresas públicas do Estado, a população assalariada das empresas privadas corresponderá a 1.243.259. Esse é o proletariado nacional, com emprego permanente e temporário. Essa é a classe majoritária. Trata-se de um proletariado fundamentalmente comercial e de outros serviços.*

*A população camponesa está composta por cerca de 300 mil pessoas. Embora seja a segunda classe em termos numéricos, seu peso na estrutura de classes diminuiu, como efeito das políticas neoliberais.*

*A Pesquisa de Lares de 2014 identifica 110.484 pessoas como patrões, 98% homens e 2% mulheres. Esse grupo social é que constitui a burguesia em seus diversos estratos (grande, média e pequena)*

*dentro do chamado setor formal. Dessa quantidade, o que podemos chamar de grande burguesia está por volta das 6 mil pessoas, sócias de empresas de mais de 100 empregados e empregadas. O restante, 104.484 pessoas, integra a média e pequena burguesia.*

*Entre 1990 e 2014 o agro diminuiu de 36% para 19% do total, na indústria (incluindo a construção) caiu de 25% para 20% e nos serviços aumentou de 39% para 61%. Isso significa que diminuiu ainda mais o peso do campesinato e da classe operária industrial na estrutura do emprego nacional e cresceu o proletariado de serviços. Nesses anos também houve expansão do emprego por conta própria.*

*No país existem camadas sociais, ou seja, grupos de pessoas que não são nem assalariadas, nem camponesas, nem empregam trabalho assalariado (não são burgueses nem pequenos burgueses), mas são mais numerosos do que as classes. Trata-se dos trabalhadores e trabalhadoras por conta própria (donos de meios de produção, mas que não contratam mão de obra assalariada), que somam 740.688 pessoas (48% mulheres e 52% homens), das pessoas que trabalham no governo (123.689, 29% mulheres e 71% homens), das empregadas e empregados domésticos (116.910, 93% mulheres e 7% homens), das pessoas dedicadas aos afazeres domésticos (888.044, 99% mulheres e 1% homens) e das pessoas aposentadas (83.012, 54% mulheres e 46% homens). No total, as camadas sociais somam 1.952.343 pessoas. Também há 198.915 pessoas desocupadas (28% mulheres e 72% homens).*

*Ao agrupamento de classes sociais exploradas e camadas sociais oprimidas (incluindo a pequena burguesia), é preciso somar milhões de jovens, adolescentes, crianças, muitos deles em condições*

*de pobreza. Todo esse conglomerado social, que abrange mais de 95% da população, constitui a força motriz para realizar as mudanças e avançar nas transformações democráticas às que se opõe a minoria oligárquica.*

*Apenas 12% da população assalariada permanente está sindicalizada, devido à perseguição patronal, às políticas de flexibilização trabalhista aplicadas durante os governos da ARENA, entre outras razões. Mas se descontarmos os sindicatos daqueles que trabalham por conta própria, nos quais não há relação operário-patronal, a população empregada sindicalizada ronda os 5%. Muitos dos sindicatos estão dominados pela direita e pelas associações da grande empresa. Além disso, a organização sindical no setor privado é muito reduzida. Por isso a luta dos sindicatos não se desenvolve nas empresas da burguesia e só se expressa (com algumas exceções) na forma de demandas ao Estado.*

*Apenas 20% do campesinato pertence a cooperativas ou outras estruturas sociais e produtivas. Por volta da metade destas está dominada pela direita. A emigração e as remessas impactam negativamente no emprego e na organização no campo, onde o salário mínimo médio mal supera os \$100 por mês.*

*As camadas sociais de trabalhadoras e trabalhadores por conta própria, empregadas e empregados públicos, trabalhadoras do lar e outras ocupações, estão pouco organizadas e uma parte delas tem atividade política principalmente através dos partidos.*

*A decomposição do tecido social durante os governos ARENA, resultado do novo modelo, acrescentou o fenômeno das pandillas (quadrilhas), que vinha se gestando desde a década de 1980 nos*

*Estados Unidos, onde se originou esse segmento social. Esses grupos reproduzem uma estrutura de violência e sobrevivência que afeta o desenvolvimento da economia e da vida social e política do país. Estima-se que meio milhão de pessoas estejam vinculadas às pandillas, mediante diferentes laços sociais, culturais e econômicos.*

*A nova formação econômico-social encontra-se permeada por setores do crime organizado, que movimentam capitais, traficam armas, drogas, realizam tráfico de pessoas e incidem em outras esferas da vida nacional. O crime custa para a sociedade por volta de \$1 bilhão por ano.*

*A atual composição social de El Salvador, resultado do programa neoliberal, tão diferente da de 25 ou 30 anos atrás, assim como os baixos níveis de organização das classes e camadas exploradas e oprimidas, é o que explica, ao menos em parte, a pouca beligerância do movimento popular em defesa de seus interesses de classe. Um efeito do neoliberalismo é o fomento do individualismo, que também poderia influir negativamente na organização das classes exploradas e oprimidas.*

*Outro traço característico da estrutura social é a concentração da renda nas mãos de uma minoria da população, apesar dos avanços na redistribuição iniciados em 2009, que permitira reduzir a pobreza de 40% dos lares em 2008 para 32% em 2014.*

*Os salários e as aposentadorias são baixos. Na distribuição do PIB anual, 62,8% correspondem a lucros das empresas, 20,9% a salários da população trabalhadora e 16,3% a arrecadação do governo mediante impostos. Com uma distribuição como essa, é inevitável que haja pouca gente rica e muita gente pobre (30%*

*dos lares). Não é por acaso que 160 grandes empresários possuem um capital acumulado de \$21 bilhões, equivalentes a 80% do PIB do ano de 2014.*

*Um aspecto socioeconômico importante é a quantidade de famílias que recebem remessas e que representam 20% dos lares do país, 57% deles da área urbana e 43% da área rural. As remessas aliviam as condições de vida de 1.294.912 pessoas, que utilizam a quase totalidade desses recursos para comprar bens e serviços.*

*Outro traço marcante é a desigualdade entre homens e mulheres nas diferentes esferas da sociedade. No caso do emprego, o quadro mostra que, embora a maioria da população esteja composta por homens (58%), as mulheres são mais na categoria de emprego por conta própria, na qual as condições de trabalho são piores, pois há menos renda e menos acesso à seguridade social.*

*A renda média da população ocupada no país é de \$329,68. No caso dos homens, a renda média é de \$343,59 e no das mulheres é de \$312,92. Ao terem menos renda, as mulheres contribuem menos para a aposentadoria e por isso recebem menos quando se aposentam. As mulheres empregadas domésticas, que, como foi dito antes, representam 93% das pessoas que realizam esse tipo de trabalho, recebem um salário médio de apenas \$135,72 por mês.*

*No caso das mães solteiras, além de receberem menores salários em relação aos homens, têm de cobrir todas as despesas de seus lares, devido à irresponsabilidade paterna. As mulheres também sofrem práticas de discriminação sexista, diferentes tipos de violência e assédio sexual nos locais de trabalho, que continuam acontecendo apesar de se contar com uma legislação que proíbe tais práticas.*

*Ainda que a Pesquisa de Lares de 2014 mostre que 65% dos lares são chefiados por homens, os chefiados por mulheres têm 112.343 pessoas a mais do que os dirigidos por homens. Isso quer dizer que as mulheres que são chefes de família têm uma carga familiar muito maior do que os homens que desempenham o mesmo papel. É importante frisar também que, na verdade, a relação de lares chefiados por homens e mulheres não é exatamente como aparece nas estatísticas, pois, por razões de tradição, colocam-se como chefes do lar muitos homens que não realizam realmente essa função, inclusive que nem moram no lar pesquisado.*

*Muitas mulheres passam, além disso, pela gravidez precoce. A Pesquisa Nacional de Saúde 2014 mostra que, a cada mil mulheres nas idades de 15 a 19 anos, 74 têm ao menos um filho ou filha. A mesma pesquisa destaca que 7% das mulheres entre 15 e 19 anos se casaram ou estabeleceram uma relação de casal antes dos 15 anos.*

*Sobre a população jovem, de 15 a 29 anos, estima-se um total de 1.821.479 pessoas, 51% mulheres e 49% homens. A juventude representa 31% da População Ocupada. Sua ocupação, por ramos de atividade, se concentra no comércio, no agro e na indústria. A maior parte da juventude empregada carece de formação técnica média e trabalha mais de 45 horas por semana.*

*A infância e adolescência, que é a população de 0 a 17 anos (2.159.382 pessoas), equivale a 34% da população total do país. Destes, 44% reside em lares pobres, 32% se encontra na pobreza relativa e 12%, na pobreza extrema.*



Esta análise feita em 2015 mostrava, já naquela época, como seria difícil, para a FMLN, dar “soluções sustentáveis aos problemas da Nação e colocá-la no rumo da edificação de uma nova sociedade”.

É fato que em 2014, a direita salvadorenha não teve força para impedir a segunda vitória eleitoral presidencial da FMLN, não teve elementos para questionar juridicamente o resultado, não teve capacidade para mobilizar massas em seu favor, nem conseguiu respaldo entre os militares em favor de um golpe. Mas desde então e até o momento em que concluímos a redação deste livro, a direita salvadorenha vem desenvolvendo uma oposição sistemática, cujo objetivo não é mais, como era no período 1994-2014, derrotar a FMLN. O objetivo agora é derrubar a FMLN e impedir que ela possa reconquistar o governo. Nada diferente, é bom dizer, do que ocorre em outros países da América Latina.

Para atingir estes objetivos, a oposição de direita lançou e segue lançando mão, especialmente desde 2014, dos seguintes instrumentos: oposição midiática, acusações de corrupção, criar um clima de violência e insegurança, estímulo às quadrilhas e, com destaque, a ação da Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça.

Um dos muitos resultados desta ofensiva da direita é que Maurício Funes solicitou e obteve asilo na Nicarágua, para evitar que a justiça local, controlada pela direita, obtivesse sua prisão. Objetivo que a direita alcançou, anos depois, com Vanda Pignato.

Outro resultado da ofensiva da direita é impedir que o governo implemente suas políticas. No dia 26 de julho de

2017, por exemplo, a Sala Constitucional suspendeu a reforma da Lei do Sistema de Poupança de Aposentadorias. Em resumo, o governo queria o direito de tomar emprestado 500 milhões de dólares, para pagar as aposentadorias de 175 mil pessoas. Anteriormente, a Sala Constitucional já havia bloqueado várias outras medidas adotadas pelo governo. E em seguida, a mesma Sala Constitucional anulou o Orçamento Geral da Nação 2017.

O objetivo da oposição de direita era e continua sendo absolutamente claro: inviabilizar o funcionamento cotidiano do governo, impor uma derrota à FMLN nas eleições presidenciais de 2019, fechar as brechas democráticas que foram abertas pelos Acordos de Chapultepec.

Em 4 de março de 2018, a direita venceu as eleições legislativas. A relação a seguir, elaborada pelo já citado Roberto Regalado, sintetiza os resultados obtidos pelos dois principais partidos nas três últimas eleições:

2012 – ARENA 33; FMLN 31.

2015 – ARENA 35; FMLN 31.

2018 – ARENA 37; FMLN 23.

A direita também venceu as eleições municipais, como se pode ver pela relação a seguir:

2012 – ARENA 116, FMLN 94.

2015 – ARENA 119, FMLN 85.

2018 – ARENA 139, FMLN 67.

Ou seja, as expectativas e os planos aprovados pela FMLN no seu Primeiro Congresso, em novembro de 2015, não se efetivaram. Nisso certamente teve muita importância a ofensiva que está em curso, em toda a América

Latina, contra as forças e governos de esquerda e progressistas. Mas também devem ter pesado fatores internos ao país, ao governo e a própria FMLN, cuja análise extrapolaria os limites editoriais e políticos deste livro.

A esse respeito, nos limitaremos a citar um episódio ocorrido no dia 10 de outubro de 2017, quando o Tribunal de Ética da FMLN resolveu expulsar o prefeito Nayib Bukele da organização, acusado de “promover a divisão interna”, “não defender o programa do partido”, “difamar dirigentes do partido” e também por “agressão verbal e física” contra mulher e autoridade municipal de San Salvador.

A expulsão foi parte de uma crise entre a direção da FMLN e o prefeito – que pretendia ser candidato à presidência e vinha articulando seus passos com alguns setores da direita e com a Embaixada dos Estados Unidos. No momento em que concluímos a revisão deste livro, não estava garantido que Nayib Bukele vá conseguir disputar a presidência da República. Caso consiga, tampouco está claro se conseguirá impor uma “terceira via” entre a FMLN e a ARENA.

Embora haja muitas dúvidas sobre o que vai ocorrer até 2019, uma coisa parece certa: a FMLN se encontra em situação similar a de outras forças da esquerda latino-americana. E precisará fazer um esforço imenso para vencer as eleições presidenciais de 2019 e para prosseguir no seu objetivo estratégico, a saber, realizar uma tradição democrático-revolucionária rumo a construção socialista. Nisso estamos todos nós e, como de muitas outras vezes na história, a solidariedade internacional terá um importante papel.

Reproduzimos a seguir um trecho do livro *Legado de un revolucionario: Del rescate de la historia a la construcción del futuro*, de Schafik Hándal. Candidato à presidência de El Salvador nas eleições de 2004, Schafik foi o principal dirigente da FMLN até seu falecimento em 24 de janeiro de 2006.

## A FMLN necessária para nós hoje

Os Acordos de Paz implicaram, não sem dificuldades ou resistência da parte da direita governante, que a FMLN irrompesse na vida político-institucional do país, convertida em um partido político legal. Logo começaram a aparecer as sedes públicas da FMLN e teve início um processo maciço de adesões de cidadãos de variados setores sociais. Homens, mulheres e jovens, pessoas progressistas no geral,

que sem ter estado dentro de algum dos cinco partidos que ainda formavam a FMLN, tinham admirado e apoiado nossa luta armada, não demoraram em bater às portas do novo partido em formação. Mas também pessoas que antes haviam simpatizado com outras ideias políticas buscaram se incorporar à frente.

Naquele momento, o Partido Democrata Cristão estava em crise. Era um antigo partido que perdera sua meta, sua missão ideológica e programática social-cristã. Tinha se pervertido durante o período do exercício do governo, desde o contragolpe de Estado que deu origem à segunda Junta, em 1980, da qual participou como componente político principal. Mais tarde, durante a presidência de Napoleón Duarte, tornou-se a face “apresentável” da guerra contrainsurgente de “baixa intensidade”, empreendida em El Salvador sob o timão político-militar dos governos norte-americanos de Reagan e Bush pai. Foram eles que forneceram o financiamento, a ideologia, a estratégia, o adestramento, a reestruturação, a condução e o armamento da Força Armada, em todos os seus ramos.

Dito de forma mais simples, tudo isso havia debilitado e desintegrado o Partido Democrata Cristão e provocado a emigração de suas bases, que eram em sua maioria genuinamente populares, sobretudo em zonas rurais e pequenos municípios. Uma parte importante dessas pessoas ingressou na FMLN, trazendo os costumes do funcionamento de um partido transformado em aparato puramente eleitoral.

Junto com eles, entraram na frente pessoas que vinham do PCN, outros provenientes de estruturas da antiga ditadura militar à qual tínhamos posto fim com a nossa luta armada e com os Acordos de Paz. Refiro-me, principalmente, a um expressivo número de ex-patrolheiros, soldados desmobilizados e agentes dos corpos de segurança dissolvidos, que trouxeram suas próprias culturas e visões.

Esse fenômeno não foi analisado por nós em todas as suas consequências, como deveria ter sido, não para fechar as portas da FMLN para essas pessoas, mas sim para iniciar um esforço extraordinário de educação política que permitisse assimilá-las a nossa visão e missão.

Assim, no final, com o ingresso de milhares de pessoas de diferentes estratos sociais, e inclusive de diversa prática política, acabamos nos tornando um partido volumoso. Nos primeiros momentos esses ingressos ocorriam pela via de cada um dos cinco partidos que integravam a FMLN, conforme os requisitos e procedimentos de seus respectivos estatutos. Quando, em 1995, consideramos necessário dar um maior nível de unidade à FMLN, decidimos dissolver os cinco partidos fundadores (FPL, PRTC, PCS, ERP e RN).

Enquanto isso, aqueles que foram nossos inimigos na guerra, com forte apoio do estrangeiro, do governo dos Estados Unidos principalmente, desenvolviam sobre nós uma intensa e aguda ofensiva ideológica mediante fóruns, conferências, seminários, cursos e outros recursos, em meio a uma constante realização de exímios jantares e ter-

túlias nas residências dos líderes mais destacados da grande empresa privada. Começaram assim a aparecer, no interior da frente, linguagens, conceitos e categorias próprios do pensamento do capitalismo neoliberal e globalizante em voga. Isso desembocaria, no final de 1994, na crise criada por Joaquín Villalobos, que levaria à sua saída da FMLN para criar o Partido Democrata, de vida fugaz, assinante do Pacto de San Andrés com o governo da ARENA. Para facilitar a este a elevação do IVA (*Impuesto al Valor Agregado*) de 10% para 13% e ajudá-lo a frustrar a reforma do sistema eleitoral, com a qual se comprometera perante a ONU, ao passar o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano.

Como a forma de luta política para ter acesso ao governo se realiza por meio de eleições, sem muita discussão, entronizou-se a ideia de que tínhamos que ser um partido, como se dizia naquele tempo, mais de massas do que de quadros: se quisermos obter mais votos, teremos de ter mais membros, o que constituía a maneira de priorizar a quantidade e justificar a falta de esforço na educação ideológica e política, o desprezo pela qualidade. A dissolução dos cinco partidos potencializou e facilitou ao extremo essa tendência.

Até esse momento, como já foi dito, cada partido tinha seus próprios procedimentos de ingresso e, em grande medida, para uma pessoa se incorporar à FMLN ela deveria ingressar a um de seus partidos. Por isso, no Estatuto da FMLN elaborado no momento de sua legalização não

se considerou necessário regulamentar ou normalizar o processo de ingresso. A dissolução dos partidos aboliu, de fato, os cinco estatutos. Abriu-se, assim, um mecanismo de ingresso simples: bastava assinar um papelzinho onde se escrevia o nome, o número do documento de identidade, o número do título de eleitor, o endereço e um aval de dois filiados (que podiam ser os mesmos que acabaram de ingressar quinze minutos antes). Assinava-se esse papelzinho e a filiação ficava consumada. Não era necessário que ninguém aprovasse; simplesmente assinando o papelzinho entrava-se no registro de filiados do partido.

Para ser dirigente do partido não havia nenhum requisito além da filiação. Qualquer um podia ingressar hoje às dez da manhã no partido – pela assinatura daquele papelzinho – e às três da tarde, na Convenção Nacional, ser eleito, por exemplo, como coordenador geral. Certamente nunca ocorreu assim no caso desse cargo, mas aconteceu em diretorias municipais e departamentais. Não havia necessidade de nenhum tempo de filiação ou de ter passado por algum processo prévio de formação, avaliação ou certificação.

Foi assim como, em muito pouco tempo, tínhamos um partido diferente, por sua composição e pelas motivações de uma parte das pessoas que o formava. Sucessivas reformas estatutárias foram realizadas para “democratizar” o partido, com as quais os novos componentes, motivações e pensamentos recém-incorporados tiveram mais carta de cidadania, adquiriram direitos.



Depois foi-se ainda mais longe nesse superficial conceito de “democratização”. Sem aprovar previamente nenhum critério de capacidade e solvência política e moral dos aspirantes, estabeleceu-se que todos os cargos de direção do partido – em todos os níveis, dos municipais aos nacionais –, e as candidaturas a cargos públicos – das candidaturas a vereador, prefeito, síndico comunitário, deputado titular e suplente, às candidaturas a presidente e vice-presidente da República –, devem ser decididos em eleição direta e secreta dos filiados e filiadas.

### REFORMAR A CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FMLN É UMA NECESSIDADE IMPERIOSA

O partido como um todo se tornou um espaço extremamente favorável e quase permanente para as práticas eleitoreiras. Além disso, nossa chegada aos primeiros cargos públicos engendrou ou gerou motivações, aspirações e ambições pessoais e grupais. O fato de ter pertencido a um ou outro grupo fundador da FMLN foi usado por alguns um recurso para produzir agrupamentos de poder, cuja função desemboca no compromisso de se apoiar mutuamente nas votações internas.

A questão do sectarismo vai mais longe ainda, cultiva preconceitos e merece ser analisado separadamente com maior profundidade. Basta, por enquanto, frisar o imenso dano que as condutas sectárias causaram e continuam cau-

sando à FMLN. Para certas pessoas que militam na frente, algumas das quais chegaram a ostentar cargos de direção no partido, ter pertencido a uma ou outra organização é o critério fundamental, quase exclusivo, para avaliar a qualidade, o pensamento e as ações de um companheiro ou companheira.

O fato de as organizações terem sido dissolvidas há quase dez anos não lhes interessa: é um detalhe sem valor. Nem todas elas são iguais. Há aqueles que vivem ancorados no passado, acreditam fervorosa e sinceramente que antigas diferenças políticas, como as que alguma vez existiram entre as FPL e o PCS, ou entre outras organizações, e que foram em algum momento resolvidas na luta e na prática revolucionária, constituem ainda o ponto de definição determinante para a presente etapa do processo político.

Mas também há aqueles que, sabendo que o que menos prevalece nestes tempos é um problema de diferenças entre organizações que já não existem, manipulam deliberadamente as mentes e os sentimentos dos primeiros para utilizá-los em seus objetivos de poder dentro da FMLN. Há que se ajudar os primeiros a compreender o momento histórico que o partido vive agora, a olhar para a frente, para o futuro, deixando para trás uma visão sectária já superada pela história. Já os segundos, é preciso desmascará-los e pô-los em evidência sem hesitação.

A incursão da FMLN nos espaços de poder institucional, com o subsequente acesso a privilégios e influências, não poderia deixar de afetar a textura ideológica de alguns

quadros. O sistema reagiu, compreendendo onde essa situação poderia nos levar. Desde os primeiros momentos em que houve deputados da FMLN, a direita dominante começou a elevar o salário do cargo, que estivera em patamares bastante inferiores durante muito tempo, até abrir uma distância grande em relação ao padrão de salários dos trabalhadores. Com os prefeitos e vereadores aconteceu algo similar. Esses cargos se tornaram atrativos e manter-se neles constituiu uma forte motivação para muitos.

O desempenho desses cargos gerou mais poder dentro do partido do que nas tomadas de decisões que mais impactam o país. Na verdade, os cargos públicos são poderes extrapartidários que incidem na luta interna pelos cargos de direção, que foram se transformando, na ótica de muitos, em uma espécie de grade, de escada, para chegar em algum momento aos cargos públicos. Alguns prefeitos que queriam ser reeleitos começaram a utilizar o poder de suas prefeituras para gerar uma incidência forte no interior do partido. Assim, os corpos de promotores e os projetos de benefício comunitário foram utilizados por alguns para filiar novos membros, e o ingresso de novos membros se tornou decisivo nas eleições internas.

Uma dessas prefeituras possui, por exemplo, um projeto para levar água ou fazer outras obras de interesse comunal em uma determinada colônia, bairro ou comunidade. Quando já tem o projeto, já tem os recursos, vai para a comunidade e diz assim: “Para executarmos esse projeto para vocês terem água, ou a melhoria da rua, luz elétrica,

muro de contenção, zona verde ou casa comunal, vocês devem se filiar ao partido e votar em mim”. Refiro-me às eleições internas como candidato à prefeitura. Ou então: “Eu quero passar para a câmara e Fulano ou Sicrano será quem vai para a prefeitura”. É claro que não são todos que fazem isso; apenas alguns praticaram esse tipo de coisa, mas o dano para o partido foi grande.

Assim o registro de filiados cresceu de uma maneira falsa. A maioria dessas pessoas não tinha nenhum compromisso com o partido. Assinavam o tal papelzinho, entravam e uma parte – não todos – vinham votar, eram transportados com meios da prefeitura no dia da votação. Dessa forma, tais novos “filiados” consideravam que tinham pagado seu compromisso e não tornávamos a vê-los! Isso explica porque tendo nominalmente cadastros muito grandes de filiados a porcentagem daqueles que comparecem para votar nas internas é reduzido e mais reduzido ainda o daqueles que participam no trabalho partidário cotidiano. Esse tipo de “filiado” não se importa com o partido, porque seu vínculo com ele não é ideológico, nem político, mas sim uma espécie de relação comercial: você me faz a obra da comuna e eu te pago me filiando e votando em você nas internas. Até aí chega o trato!

Por esse motivo, a luta por limpar o registro de filiados é um dos problemas mais sérios que temos enfrentado de maneira recorrente. Eu propus um mecanismo automático de depuração desse registro de falsos filiados, que consiste em emitir uma carteira de membro da FMLN. Ele foi aprovado

e ainda não foi executado, embora seja uma proposta que já tem anos. A carteira deveria ter doze pequenos campos para colar um selinho por mês, correspondentes às contribuições mensais, com um sistema de distribuição dessa renda entre os organismos do partido, assegurando assim que a contribuição sirva ao financiamento de todo o trabalho partidário. Se o filiado estiver em dia com a contribuição, bastaria mostrar a carteira. É possível aceitar até dois meses de atraso, mas se houver um atraso maior, a pessoa não poderá exercer seus direitos como membro do partido enquanto não regularizar a sua situação. Propus que a cada ano houvesse um ou dois meses nos quais se renovasse a carteira; quem não comparecesse para retirar a sua ficaria de fora, a menos que provasse uma justificativa válida.

Por que a carteira não está funcionando? Há diversos pretextos e argumentações, mas no fundo quer se continuar com as coisas como estão: viabilizar as ambições, as motivações ou aspirações individuais pela via do enfrentamento eleitoreiro interno.

Nosso maior distanciamento das pessoas e seus problemas são por conta desses processos viciados e frequentes processos eleitorais partidários. Quase sempre estamos imersos em um deles, ao longo de quatro a seis meses, durante os quais a militância e seus dirigentes ficam absorvidos nos enfrentamentos internos, para regozijo da mídia de direita; deixamos de ouvir as pessoas, abandonamos a elaboração de propostas, a organização e a mobilização social para enfrentar a problemática que afeta a população.

Não apenas precisamos assegurar a autenticidade do nosso registro de filiados. Definitivamente devemos substituir este quase permanente exercício eleitoreiro por procedimentos democráticos participativos que prestigiem a FMLN e a vinculem mais ao povo.

É necessário e urgente abrir na base do nosso partido um debate, uma consulta ativa, para elaborar as ideias da grande reforma de sua construção e funcionamento, indispensável para fortalecer sua capacidade de cumprir sua missão.

As práticas perversas deste funcionamento eleitoreiro produzem elementos e componentes ideológicos que vão sendo assumidos sem debate e tendem a destruir nossas ideias revolucionárias, nas quais reside nossa potencialidade de nos fundirmos com o povo e construir a força social e política capaz de mudar o sistema. Se nos desarmarem ou nos desarmarmos ideologicamente, nossa missão e razão de existir terá se perdido.

Para transformar a realidade em El Salvador precisamos de um partido que continue fiel à missão revolucionária de mudar este sistema. Sua composição, sua organização e funcionamento devem ser coerentes com essa missão porque – há de se admitir – a coerência entre a missão, a estrutura e o funcionamento do partido se rompeu!

Se a esses fatores já analisados acrescentarmos que, durante muitos anos, a educação política praticamente desapareceu, da mesma forma que o cultivo da memória política, é fácil entender as características do pensamento no nosso partido tal como é hoje.

Declarar que continuamos sendo um partido de esquerda e um partido revolucionário foi se tornando para muitos quase que um ritual, sem um conteúdo consistente e sólido. Claro que não falo de todos: estou falando de uma parte importante e estou dizendo que isso gera processos como os que mencionei. De um tempo para cá estamos fazendo esforços em matéria de educação política e ideológica, mas eles se veem afetados pelos frequentes, quase permanentes, processos eleitorais internos e nacionais.

Se nos momentos da finalização da guerra e assinatura dos Acordos de Paz, quando estava se iniciando a neoliberalização do capitalismo dependente em El Salvador, já houve efeitos negativos, agora, após quinze anos de vigência, a situação econômica e social é muito pior e a situação política está se deteriorando progressivamente. Mudar este sistema é, portanto, uma necessidade mais urgente, mais justificada e legítima do que antes.

No entanto, alguns estão aspirando a mudar a missão revolucionária do partido. Defendem isso de diferentes formas, encobrindo os reais propósitos. Muitos dos que argumentam assim utilizam uma linguagem emprestada do discurso dos donos do sistema: “Devemos ser realistas”, repetem. Eles entendem o realismo no sentido de que é preciso aceitar que as coisas são assim e, como são assim... para que propormos mudá-las?

Enfatizo: essa afirmação é maniqueísta ao extremo. Podemos ser realistas, mas isso não quer dizer que devemos aceitar que as coisas não possam nem devam mudar.

Esse, dizem, é um “radicalismo”. “Precisamos ser viáveis”, insistem, assumindo a viabilidade no sentido de sermos tolerados pelos donos do sistema. Mas os donos do sistema nunca vão tolerar que mudemos o sistema!

A tese suprema de alguns companheiros é a seguinte: “Os dirigentes históricos querem se manter sempre na oposição; nós queremos chegar ao governo”. Essas afirmações são falsas. São afirmações gratuitas. Elas evitam analisar de forma aberta e transparente as capacidades e fraudes da direita para conservar o governo e a maneira eficaz de derrotá-la, com base em uma crescente acumulação de forças. Evitam reconhecer nosso consistente avanço nessa acumulação.

Para os revolucionários, o realismo responde a outro conceito: conhecer e estudar a realidade para mudá-la, não para se submeter a ela. E a viabilidade não tem a ver com sacrificar princípios e missão, mas sim com saber definir e aplicar estratégias de organização e luta que nos levem a níveis superiores de consciência, mobilização do povo, alianças, acumulação e virada a favor da correlação de forças para conquistar a mudança.

Na verdade, nosso suposto radicalismo não pode ser definido atualmente como anticapitalismo total. O programa que elaboramos tem por base a consciência de que não se trata da abolição imediata do capitalismo de modo geral, de toda expressão de relações capitalistas de produção, distribuição e intercâmbio. Nosso programa da época da revolução democrática trata de abolir o capitalismo



neoliberal dependente e assegurar o desenvolvimento nacional com justiça social e em democracia participativa, que supere a pobreza, o desemprego profundo e crônico, o atraso educativo-cultural e científico-técnico, que garanta a saúde, a habitação, o meio ambiente, a equidade de gêneros; que reative a economia, reconstrua e fortaleça o tecido produtivo nacional agropecuário e industrial, apoiando as pequenas e médias empresas, as empresas cooperativas e desenvolvendo a integração regional. Ou, dito em poucas palavras: construir a base econômica e social que torne possível transitar para uma sociedade socialista.

O capitalismo neoliberal tem uma particularidade: ele deteriora e aniquila os setores da sociedade capitalista que não fazem parte dessa superelite, ligada às transnacionais e com os governos dominantes, especialmente com o dos Estados Unidos, neste processo de globalização.

O capitalismo neoliberal entra em choque com outros setores simplesmente capitalistas. Mais do que isso, tem sobre eles hegemonias muito severas, como o controle bancário, que os ameaça com a negação de créditos, com o não perdão de atrasos nos pagamentos, com a recusa de um refinanciamento. Eles ficam encurralados e são obrigados a mudar de posição, porque uma das características do capitalismo neoliberal dependente é o reinado absoluto e indiscutível do setor financeiro.

Objetivamente, estas características do capitalismo neoliberal criam para nós condições para alianças amplas, mas também muito contraditórias. Vimos isso não

faz muito tempo, no caso dos empresários do transporte, que são nossos aliados: acossados pela política econômica neoliberal e pela desmedida elevação do preço do diesel, resolveram aumentar o preço das passagens sem consultar nem falar conosco, criando para nós uma situação complexa e contraditória. Assim, devemos assumir que ampliar as alianças não é uma questão simples: é preciso compreender que elas são também fonte de contradições em relação ao povo.

Aqueles que querem abandonar nossa missão enfrentam, porém, um sério problema: apesar de tudo, a maior parte da nossa militância real e ativa continua sendo revolucionária. Nossos companheiros e companheiras vivem entre o povo, fazem parte dele e recebem todos os dias o impacto de uma realidade que pede a mudança do sistema. Essa militância exerce o voto nas eleições internas e, para conquistá-lo, aqueles que hoje quiserem abandonar nossa missão histórica devem mascarar bastante as suas colocações. Estas não são apresentadas de uma vez como o abandono da missão, dos objetivos revolucionários, e sim como a necessidade de “mudar métodos, estilos” e coisas parecidas, formuladas com frases gerais, superficiais, mas bem enfeitadas com palavras atraentes e sem conteúdos concretos.

Nas últimas semanas deram uma guinada. Tentam se apresentar inclusive como a esquerda da esquerda. A base mais experiente sabe que é preciso analisar condutas e trajetórias, e não se deixar guiar por simples aparências.

Na verdade, a manobra está dirigida à nova filiação que chegou às nossas filas, em grande proporção, imbuída das ideias e propostas que difundimos intensamente ao longo da recente campanha presidencial.

Eu conheço não poucos companheiros e companheiras envolvidos hoje nesta posição, que são autênticos militantes de esquerda que mais cedo ou mais tarde se depararão com a malícia e a insanidade de seus atuais condutores. Digo a eles que voltaremos a nos encontrar no enorme esforço de reformar a fundo a FMLN.

### OS DESAFIOS PARA A NOVA DIREÇÃO DA FMLN

É preciso combater a corrupção nas estruturas de poder nas quais estamos participando. Para tanto, proponho criar uma Controladoria Política e Administrativa do partido para avaliar o funcionamento das prefeituras em relação ao cumprimento das plataformas oferecidas, a prática ou a ausência de métodos participativos da população, o trato com as pessoas, a abordagem da problemática social, a administração dos recursos, a honestidade, a probidade. A controladoria também avaliaria os deputados nesses dois sentidos. O problema é complexo, mas é um primeiro passo a dar contra a corrupção.

Veremos se isso basta. A partir da autoridade que temos nesses cargos é preciso combater a corrupção e o maltrato em relação às pessoas, o engano de oferecer e depois fazer outra coisa. As condições concretas às vezes nos

impõem certas mudanças. Em um determinado momento alguém acreditou, por exemplo, que conseguiria fazer uma obra e a ofereceu, mas depois percebe que não é mais possível executá-la. Nesses casos é preciso fazer com que as pessoas saibam, apresentar o problema a elas, discutir o que é possível fazer e tomar decisões. O que não devemos permitir é que as pessoas sejam ignoradas e que não se cumpram os compromissos assumidos com elas.

Os Estatutos devem passar por uma reforma para erradicar uma série de vícios gerados por esta suposta democratização do partido, que se tornou apenas um círculo vicioso eleitoral. Acredito que é preciso modificar a forma na qual se elegem as candidaturas a cargos públicos e os dirigentes do partido em todos os níveis; deve ser participativa. Eu ainda não tenho uma proposta bem desenhada. Claro que não basta que somente eu pense. É preciso abrir uma discussão sobre isso de tal maneira que não se sacrifiquem aspectos participativos, mas que seja de qualidade e que não se resuma em puro eleitoralismo dos votos que conduz a esse tipo de filiações perversas e ao enfrentamento. Eu percebo que há bastante consciência de que é necessário mudar o atual sistema estatutário. A maioria percebe que ele nos desgasta e nos enfraquece.

É necessário também tratar da intolerância e do verticalismo existentes em diversos níveis. Eu chamaria esses métodos de monárquicos. Por exemplo, numerosos coordenadores departamentais ou municipais costumam se considerar donos do partido em seu departamento ou

município: tudo o que se fizer lá deve ter a autorização do coordenador. No entanto, uma coisa é respeitar as instâncias, informá-las e pedir a elas opinião, e outra coisa são os desplantes autoritários, que abrem uma porta para a discricionariedade ilimitada, com a qual se inventa qualquer regra inexistente no Estatuto ou em qualquer regulamento. É incrível a criatividade de alguns deles para absolutizar sua autoridade.

Essas situações e outras que ocorrem hoje em dia no seio do partido são realidades que nós não previmos, nem compreendemos nos primeiros momentos após a firma dos Acordos de Paz. Algumas foram aparecendo e criando raízes ao longo destes doze anos. Pouco a pouco fomos compreendendo e aprendendo sobre estes fenômenos.

Hoje é importante fomentar a modéstia nos dirigentes em todos os níveis, sua capacidade de escutar, sobretudo quando se trata da base, de criar condições e confiança para que seja exercida a crítica e dar exemplo de autocrítica. Esse é o tipo de dirigente que necessitamos, coerente com nossa missão.

Quando tudo isso será alcançado? Seria ingênuo pensar que será de um dia para o outro, mas deve haver um ponto de partida, e esse ponto de partida há de ser a nova direção que surge da eleição partidária de 7 de novembro de 2004. Essa é a aposta. Daí pode surgir um sinal, um signo, digamos assim, encarnado em um novo estilo em direção à reforma de que a FMLN precisa. Por isso, devemos assegurar que a próxima direção se integre com

quadros desenvolvidos com trajetória exemplar, que possam entender e fazer tudo isso. Generalizar as mudanças será um processo gradual, mas o sinal de largada deve ser dado pelos dirigentes mais formados, pelos quadros com mais maturidade.

Outra grande tarefa da nova direção da FMLN é construir e defender a unidade do partido. O partido revolucionário deve ser um coletivo altamente organizado, unido e disciplinado, no qual exista diversidade de opiniões e debate, onde se pratique a crítica e a autocrítica, mas não a divisão. A FMLN deve ser uma organização disciplinada, de tal maneira que uma vez que a discussão e os esforços por alcançar consensos se esgotam, tomam-se decisões por maioria e a minoria deve acatá-las. Do contrário, o partido se transformaria em uma espécie de clube de debates, terminaria em uma grande falação, e um clube diletante não pode mudar o sistema. Deve haver crítica e autocrítica, controvérsia de opiniões, debate em busca da verdade e do acerto. Esgotada a discussão, chega o momento das decisões que devem ser executadas. Posteriormente, é necessário avaliar os resultados positivos, negativos ou insuficiências e corrigir o que for preciso corrigir. E se for preciso dar uma guinada total para passar à tese que estava sendo sustentada pelos que ficaram em minoria, será preciso fazê-lo se ficar demonstrado na prática que eles tinham razão.

Quando eu prego pela unidade do partido não estou falando de colar com chiclete grupos que se formam com

interesses eleitorais, nem falo de barganhar sem princípios. Isso seria reduzir a unidade a estarmos todos juntos, com a FMLN como teto comum. Isso não é unidade. Isso deixa de lado a missão revolucionária do partido e sua capacidade de cumpri-la. O principal combate ideológico deverá se dirigir contra o mesquinho interesse eleitoreiro e contra a ambição de adquirir poder pessoal, contra a corrupção, o oportunismo e o arrivismo.

Devo reconhecer que estas desgraçadas enfermidades, mortais para a revolução, são encontradas em indivíduos dos diferentes agrupamentos, inclusive existem entre aqueles que se agrupam do lado no qual me encontro.

### O CRESCIMENTO DA FMLN E AS TRANSFORMAÇÕES A REALIZAR

Tem quem pergunte: que tamanho deve ter o partido? Estamos novamente diante do velho dilema de “partido de massas” ou “partido de quadros”. Eu penso o seguinte a esse respeito: nós devemos ter o tamanho suficiente para nos relacionarmos em grande escala e, oxalá, em sua totalidade, com o povo, porque nesse terreno é onde está colocada a disputa do coração e da mente dos salvadorenhos com um inimigo que tem ampla capacidade de se relacionar com a população através de seus grandes meios de comunicação e de ativistas pagos.

Minha ideia é que o número de membros do partido não esteja ligado ou condicionado ao número de votos

nas eleições internas, mas sim ao tamanho das nossas tarefas revolucionárias. Mas devemos ter total clareza de que quanto maior for o partido, maior deverá ser o trabalho ideológico-político em seu interior, porque o próprio partido está em disputa com o sistema. O sistema seduz, influi, consegue confundir e ganhar as pessoas fracas em suas ideias, inclusive militantes nossos, como já pudemos ver. Quanto maior for o partido em número, mais aumentam as chances de que isso ocorra. Nossa ofensiva diante do sistema, insisto, deve ser: quanto mais tamanho, mais trabalho político-ideológico, mais disciplina, mais e melhores estruturas ou equipes que elaborem, de maneira correta, as propostas e colocações que sustentem e realizem esse intenso trabalho político-ideológico. Tais estruturas são agora muito incipientes; devemos fortalecê-las e há diferentes formas de fazer isso, inclusive podemos contar com cooperação internacional para tanto.

Tenhamos em mente que tudo isto requer financiamento. Eu insisto, por isso, em que seja adotada a carteira do militante, para o bem do partido, e que paguemos a contribuição que nos corresponde, mesmo que seja insignificante. Aquele que está sem trabalho vai pagar centavos, mas pagará, e caso não tenha esses centavos, seus companheiros do comitê de base devem ajudá-lo. Isto deve ser uma lei. Quem paga sua contribuição partidária expressa um grau de consciência. Esta seria uma guinada, porque muitos pensam que é o partido que deve dar aos militantes e não os militantes que devem dar ao partido. Com esse



pensamento é quase impossível fazer das pessoas verdadeiros revolucionários.

O pagamento generalizado da contribuição resolveria muitos problemas de funcionamento. A contribuição deve ser proporcional ao nível de renda de cada um. Mas é necessário ter mais criatividade para gerar outras fontes de renda. Os deputados e os prefeitos continuarão dando a contribuição que já dão, embora entre os prefeitos e vereadores exista quem evite pagar.

Adicionalmente, temos a “dívida política” que, à medida que a votação do partido cresce, aumenta o financiamento por esta via: claro, tudo isso enquanto a direita e seus acólitos não decidirem modificar essa lei. Eu não descarto que ao crescermos, aumente a ameaça para eles, então eles podem chegar a mudar as leis, ou inclusive voltar aos velhos tempos dos atentados e aos desaparecimentos forçados. Há uma parte dos senhores mais extremistas da direita pensando e opinando nessa direção.

Nada disso deve nos deter. Nossa obrigação é estarmos preparados para tudo e isso requer consciência e disciplina. É claro que sempre tem os desafios eleitorais que nos absorvem bastante tempo e às vezes dificultam as transformações que assinalamos.

É preciso diferenciar entre eleições para cargos públicos e eleições internas. Em se tratando das primeiras nós nos veríamos fortalecidos, porque nos obrigam a ir até as pessoas, que são a linha principal. Já as eleições internas nos levam para dentro. O contato direto com a população

deve ser realizado não apenas para apresentar uma plataforma eleitoral ou apoiar candidatos, mas também para se transformar em um método de trabalho permanente. Nessa ocasião seria uma conexão mais rica e haveria uma luta de ideias mais profunda e íntegra.

Enxergo como possível encaminhar essas atividades e aproveitar o impulso para levá-las cada vez mais longe. Essas são ideias que eu estive elaborando e essa é a trilha que eu tracei para mim.

A reforma profunda da FMLN pode e deve avançar. Estou certo de que a militância, as bases do partido, contribuirão com suas ideias e propostas a enriquecer esta transformação, farão com que ela deslanche e darão seu apoio entusiasta.



## CAPÍTULO 3

Este capítulo contém depoimentos e textos de três protagonistas da experiência salvadorenha: Ernesto Zelayandia, Vanda Pignato e Maurício Funes.

**Ernesto Zelayandia** foi durante vários anos o representante da guerrilha salvadorenha no Brasil. **Vanda Pignato** iniciou sua militância política como integrante do movimento de solidariedade do Brasil a El Salvador e hoje faz parte do governo daquele país. **Maurício Funes Cartageña** foi eleito presidente de El Salvador em 2009.

## Entrevista com Ernesto Zelayandia

### Como e quando você se tornou militante da FMLN?

No meu caso particular, provenho de uma família com trajetória política a favor da democracia e da justiça social: meu tio foi prefeito pelo partido de oposição, o Partido Democrata Cristão (PDC) da minha cidade, de 1968 e 1970, em pleno regime militar. Da mesma forma, minha mãe, Alicia Cisneros, foi fundadora do maior sindicato de

professores do país, ANDES (Associação Nacional de Educadores Salvadorenhos) 21 DE JUNHO, que se formou em 1965 com a palavra de ordem “Pela dignificação do magistério”. Minha mãe tinha sido vítima das arbitrariedades do regime, ao ser destituída como diretora de uma escola pública por influências políticas autoritárias e, em 1970, como líder social, lançou-se como candidata a deputada pelo PDC, pelo departamento de San Miguel e ganhou a eleição com o apoio dos professores e outros setores populares. O ano de 1968 foi um ano político em El Salvador e em muitos países do mundo, como Brasil, México, França, de surgimento de grandes movimentos sociais contra os regimes da época. No país, houve a primeira greve de professores, que durou dois meses. Eu vivi isso no seio familiar; eu me lembro de apoiar essas lutas, era um menino, tinha apenas nove anos. Nesse mesmo ano, meu tio Dr. Fausto Cisneros ganhou a prefeitura de San Miguel, uma cidade muito importante do nosso país. Esse triunfo foi excepcional, porque conseguiu derrotar a máquina do poder do Estado, a repressão, a fraude escancarada e o medo.

Uma das razões de fundo que motivou a minha participação política na insurgência foi a luta contra a injustiça social, o autoritarismo militarista e a cultura elitista e excludente da oligarquia salvadorenha apoiada pelos governos norte-americanos.

É preciso esclarecer que a FMLN foi uma frente de cinco agrupamentos político-militares de esquerda que se formou no dia 10 de outubro de 1980. Na origem, nos anos setenta, nossa característica era o sectarismo político

da esquerda. Eu me incorporei a uma das organizações, as FPL, precisamente em 1975, embora desde 1974 tenha promovido a organização estudantil secundarista na minha região. Participei da luta social e política, que era um dos componentes da estratégia político-militar das FPL; a estratégia geral era a guerra popular prolongada, para transformar o sistema político, social e econômico do país.

Mas em 1978, por motivos políticos, retirei-me das FPL e me dediquei aos estudos até que, em 1980, outra das principais organizações da FMLN, o ERP, me recrutou no exílio na Costa Rica.

Tinha me mudado para a Costa Rica com meu pai e meu irmão mais novo em busca de refúgio político, pela perseguição política que havia em El Salvador. Meu tio Fausto Cisneros foi assassinado pelo regime quatro dias após o magnicídio de monsenhor Romero em março de 1980. Meus pais imediatamente receberam ameaças por telefone e saímos forçadamente do país. Eu então me tornei militante da FMLN, que era uma frente de esquerdas na medida da minha militância no ERP. Com os acordos de paz, em 1992, a FMLN se converteu em partido político no país, e em setembro desse ano constituiu-se legalmente o partido FMLN. Eu orgulhosamente sou membro fundador do partido: fomos 125 militantes fundadores, 25 militantes por cada uma das cinco organizações que compúnhamos a frente.

**Qual foi o motivo pelo qual a FMLN o enviou ao Brasil?**

No final de 1984, Ronald Reagan foi reeleito nos Es-

tados Unidos. Ele impulsionava uma política militarista de contenção e reversão do chamado avanço do comunismo no mundo. Reagan declarou que El Salvador seria a fronteira de contenção do expansionismo soviético. Na leitura política da FMLN isso significava que nos seguintes quatro anos seria impossível ganhar militarmente a luta contra a ditadura e que a guerra popular iria se prolongar. Consequentemente, requeria-se mais apoio internacional, uma estratégia mais integral, combinando os aspectos político, militar e diplomático.

A direção do ERP me escolheu para potencializar o trabalho político-diplomático e eu tive o privilégio de poder optar, para realizar minha missão-país, entre a Espanha – para o trabalho na Europa –, Washington – para um trabalho no congresso norte-americano – ou América do Sul, que podia ser Peru, Brasil ou Uruguai. Escolhi América do Sul, especialmente o Brasil. Lembro que, quando tomei essa decisão, meu irmão mais velho, Jorge Luis, preso desaparecido, me disse: o Brasil é um gigante adormecido.

Enquanto na FMLN havia uma concorrência interna para fazer o trabalho nos EUA e na Europa, pela arrecadação de fundos, ou seja, enquanto o olhar estava voltado para o Norte, eu optei por olhar politicamente para o Sul. As avaliações eram de que, pelas lutas populares pela redemocratização no Cone Sul e pela tendência latino-americana e de soberania que surgiu na disputa das ilhas Malvinas, era estratégico vincular essas lutas sul-americanas com a nossa luta insurgente, que afinal de contas era

pela construção de uma sociedade democrática e justa, e pela nossa autodeterminação e soberania. Por isso o nosso caráter de luta pela soberania nacional.

Mas é justo reconhecer que um fato concreto que facilitou a decisão de me enviar para o Brasil foi que o então secretário de Relações Internacionais do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, junto com Lula, no contexto de um evento contra a dívida externa em Havana, fizeram uma reunião bilateral com a FMLN, na qual se colocou a necessidade de que a Frente enviasse um delegado permanente para o Brasil para promover a solidariedade com o povo salvadorino e a FMLN. Isso foi em 1985, em meio às primeiras eleições municipais diretas nas capitais de estados brasileiros; lembro dos candidatos: Suplicy, Fernando Henrique, Jânio Quadros e Maluf.

Uma história engraçada da minha chegada no Brasil. Eu cheguei, vindo de Lima, Peru, em um voo da Varig que vinha de Tóquio, e a maioria dos passageiros tinha traços nipônicos. Eu não sabia que havia tantos descendentes de japoneses em São Paulo, eu só conhecia o Pelé, e ao aterrisar e passar pela imigração quem me atendeu foi um nissei, e ao sair havia muitos descendentes de japoneses. Então fiquei aflito pensando que tivesse tomado o avião para Tóquio, até que partiram todas as pessoas de origem japonesa e restaram apenas dois jovens, um deles segurando uma placa que dizia “Buscamos o Ernesto” e a outra companheira com uma camiseta do monsenhor Romero, um claro sinal de que eram as pessoas que me esperavam e me senti muito feliz de vê-los. Essa foi minha chegada no Brasil.



### Como foi a sua atuação no Brasil?

Eu cheguei ao Brasil como delegado da comissão político-diplomática da FMLN. Embora fosse militante do ERP, eu representava toda a FMLN. A missão que eu tinha era dupla: promover a solidariedade com a nossa luta e construir apoio político para a solução pacífica para a nossa guerra civil. Adotei a seguinte visão política e regras de ouro no meu trabalho de relações: um, que o trabalho não era de curto prazo, mas sim um trabalho paciente e sistemático de longo prazo; dois, eu não caí na tentação do sectarismo na gestão política internacional, isto é, as pessoas me conheceram como representante da FMLN e nunca do ERP, mas, pelo pouco conhecimento que se tinha de El Salvador no Brasil, acabei atuando como um embaixador do povo de El Salvador; três, ser prudente na política doméstica do Brasil em geral e das esquerdas em particular; e a última regra de ouro foi não cair em sectarismos políticos também com os atores políticos brasileiros: minha mentalidade foi aberta a dialogar com todas as forças políticas do Brasil, das esquerdas e até da direita – recordo minhas entrevistas com o doutor Ulisses Guimarães, presidente da Constituinte, com o senador Fernando Henrique Cardoso, com Franco Montoro, com Quércia, Leonel Brizola e muitos outros políticos.

Com essa visão e comportamento políticos desenvolvi minha missão e conseguimos, no final, que o Brasil fosse protagonista na solução pacífica para nossa guerra e que o Itamaraty reconhecesse a FMLN como um interlocutor válido para a solução do conflito de El Salvador. Isso foi

realizado com um importante trabalho de *lobby* com parlamentares de quase todos os partidos do Brasil, mas quero destacar o empenho do companheiro José Genoíno, parlamentar muito articulado, que estabeleceu meu primeiro vínculo com diplomatas do Itamaraty nos corredores do Congresso Nacional.

A outra linha de trabalho foi a divulgação da luta salvadorenha entre os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda do Brasil, sendo o Partido dos Trabalhadores um aliado estratégico na gestão do apoio à luta do povo salvadorenho.

Fazendo uma avaliação da missão político-diplomática no Brasil, houve três fatores-chave para o sucesso da solidariedade com El Salvador.

Uma foi a minha participação como conferencista convidado do Instituto Cajamar para a formação política de quadros militantes em nível nacional do PT. Eu expunha sobre a situação internacional e a luta da FMLN. Isso me permitiu estabelecer contatos de alcance nacional para dar sequência ao trabalho de solidariedade.

Segundo fator: Considerando a importância dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica, promovi com grande convicção (fui batizado pelo então padre Romero e minha família tinha monsenhor Romero como nosso conselheiro espiritual para superar a ausência de meu irmão mais velho preso e desaparecido pela Guarda nacional – de fato a família ia sempre à missa dominical de monsenhor Romero ouvir suas homilias) o legado pastoral e seu compromisso com os pobres de El Salvador.

E o terceiro fator foi que pesquisei e promovi as coincidências entre os dois países, El Salvador e Brasil, e entre a FMLN e o PT. Por exemplo, o papel das elites oligárquicas cafeeiras; também no Brasil existiu um partido ARENA na época da ditadura militar, como em El Salvador formou-se o partido direitista ARENA, cujo fundador foi apontado como responsável intelectual do magnicídio de monsenhor Romero e dos esquadrões da morte. Na gastronomia, temos o feijão como alimento em comum etc.

Em relação às semelhanças no aspecto partidário, o PT se formou com ativistas dos movimentos sociais e setores progressistas da Igreja, algo muito parecido à FMLN. Por outro lado, a Frente era uma coalizão de forças e pensamentos diversos de esquerda que conseguiu se unir, similar à composição inicial do PT, com suas tendências; éramos partidos-frentes com tendências internas, mas formando um só corpo político – algo novo na sociologia política latino-americana, que se afastava do manual dos partidos de vanguarda autodenominados marxistas-leninistas. A tese principal que nos dava coesão era o princípio de unidade na diversidade. Outros dados coincidentes são o ano de nascimento da FMLN e do PT, 1980, e nossas bandeiras partidárias, em vermelho e branco com uma estrela.

Eu, pessoalmente, achei fantásticas as grandes coincidências entre os dois processos políticos, com diferenças abismais como países: El Salvador, um pequeno país, e o Brasil, um país-continente. E, se analisarmos os processos políticos atuais, há uma grande coincidência.

Por exemplo, no uso por parte das elites oligárquicas de mecanismos extra-eleitorais, ou seja, mecanismos político-judiciais, com apoio legislativo e midiático, para recuperar o poder e desqualificar as principais lideranças da esquerda. A perseguição política, judicial e midiática contra o ex-presidente Lula no Brasil é quase igual à realizada contra o ex-presidente Mauricio Funes em El Salvador. Um dado comum é que ambos os presidentes tiveram uma clara opção preferencial pelos pobres em suas gestões. No fundo, sua condenação se deve a terem eles a visão de investir nos pobres, gerar uma emancipação do povo e transformá-lo em cidadão.

Outro aspecto comum em suas gestões foi a revalorização dos bens públicos, contra as políticas privatizadoras. A meu entender, essas políticas neoliberais privatizadoras e desmanteladoras do Estado, que foram apoiadas pelos organismos internacionais financeiros, são a grande corrupção em nossos países, e agora eles vêm com essa história de que a grande corrupção é da gestão de presidentes que buscaram mudar essas políticas nefastas para os nossos países. Esse é um assunto para a esquerda refletir, bem como o paradoxo em relação às bandeiras de luta: a esquerda de ambos os países sempre encampou a bandeira da transparência e da anticorrupção contra os regimes políticos oligárquicos, e agora a direita que se apropriou dos bens do Estado com o neoliberalismo dos anos oitenta e noventa é quem promove a luta nas ruas, junto com a mídia, contra a corrupção dos governos progressistas? Uma grande ironia histórica.

### Quando voltou para El Salvador?

Meu retorno ao país foi um tanto atropelado. Coincidiu precisamente com o final da minha missão no Brasil, em janeiro de 1992. Nessa data conseguiu-se assinar o acordo de paz que pôs fim ao conflito armado de mais de 12 anos em meu país. A direção da FMLN nos convocou para participar da articulação da nova estratégia pós acordos de paz, o início da transição para a desmilitarização da política e a democratização do país. Nesse sentido eu tinha um acúmulo de experiência com a transição brasileira e a participação eleitoral da esquerda – leia-se do PT – para chegar ao poder.

Parte do novo discurso de esquerda e o uso do *marketing* político foi uma assimilação da experiência petista, desde a primeira eleição em que participamos como partido político, em 1994. De fato, conseguimos em pouco tempo nos transformar, de um poderoso exército guerrilheiro, talvez o maior e mais desenvolvido na história da América Latina, em um força política eleitoral emergente forte. Na primeira eleição geral, isto é, presidencial, parlamentar e municipal, conseguimos nos constituir como a principal força política de oposição. Realizamos, em 1994, dois anos após a assinatura dos acordos de paz, a façanha de colocar a democracia cristã, que tinha sido governo recentemente, em terceiro plano. Fomos capazes, como força política emergente, de ir para o segundo turno; a disputa foi entre o ARENA (direita) e a FMLN com aliados de esquerda. Este fato político deu origem ao atual sistema bipartidário polarizante.

Voltei para El Salvador no início de janeiro e a demanda política do próprio processo de pacificação e de transformação do país me obrigou a ficar no país e não regressar mais para o Brasil. Minhas funções na Frente, na transição, foram na área de relações internacionais e na área eleitoral.

### **Como avalia a trajetória da FMLN antes dos acordos de paz?**

Uma das causas estruturais do surgimento do movimento insurgente armado no país foi a falta de democracia, a tradição burocrático-militar autoritária na política e a consequente exclusão política, assim como a estrutura econômica social injusta e excludente das classes populares e, por outro lado, uma dinâmica estrutural concentradora de poder econômico em uma elite oligárquica. Nas eleições presidenciais de 1972, assim como em 1977, realizaram-se descaradas fraudes eleitorais e uma campanha de intimidação e repressão aos opositores, com o que se fechou a via eleitoral como mecanismo de acesso ao poder público e transformação da realidade de injustiça e de autoritarismo. Tudo isso condicionou o nascimento, com muito enraizamento popular, das organizações de esquerda armada.

Em 1979 e início dos anos 1980, surgiu uma tese política que sustentava que, no país, a revolução era necessariamente de caráter democrático e a construção da democracia era de caráter revolucionário. Por isso, ao mesmo tempo em que levantamos os fuzis para uma guerra

popular, sustentamos simultaneamente a tese de uma solução política negociada para alcançar a democratização e a paz. A maior expressão dessa posição política foi a consecução, em agosto de 1981, da declaração franco-mexicana, na qual esses dois governos demandaram uma solução política negociada e reconheceram que a FMLN era um sujeito fundamental para essa solução e um interlocutor político válido. Foi um reconhecimento tácito da FMLN como uma força beligerante sujeita também a normas internacionais. Dessa maneira, México e França se afastavam da postura do governo de Ronald Reagan, que nos qualificava como grupo terrorista e parte da expansão soviética cubana e ultimamente nicaraguense.

Essa declaração franco-mexicana foi um grande reconhecimento para a FMLN, mas ao mesmo tempo significou uma mudança em nossa visão política, que constituiu em abandonar a aspiração à ascensão ao poder no estilo clássico bolchevique, como assalto ao palácio do governo, e optar estrategicamente por uma solução política negociada. Isto significava erradicar o militarismo da política salvadorenha.

Infelizmente, a política belicista dos EUA predominou e passamos mais uma década em guerra para entender que a solução passava pela negociação política. Se fizermos uma análise retrospectiva do comportamento estratégico da FMLN até a assinatura dos acordos de paz, veremos que se adotou uma estratégia política, coerente, inteligente, realista e inovadora, que combinou a luta em vários planos: militar, político, social, diplomático e de desenvolvimento de poder popular local.

Os acordos de paz buscavam pôr fim ao conflito através da desmilitarização do Estado e da democratização das instituições de um Estado de direito e constitucional. Afinal de contas, esses objetivos da negociação eram a superação das causas do nascimento e existência do movimento insurgente.

A estratégia de acumular força para uma grande ofensiva militar, política e diplomática em 1989 tinha como principal propósito forçar uma verdadeira negociação que visasse solucionar as causas do conflito, e foi muito correta e efetiva politicamente.

Enquanto em El Salvador desenvolvia-se a ofensiva militar “até o Topo (final)”, eu negociava junto ao governo do presidente Sarney para entregar uma carta assinada por Shafik Handal, em nome da comandância geral, na qual se expunha o chamado à comunidade internacional para pressionar por uma solução política negociada como propunha a declaração franco-mexicana.

A ofensiva de novembro de 1989 foi realizada precisamente quando caía o muro de Berlim, com suas implicações no cenário internacional. Rememorando sempre as coincidências históricas com o Brasil, em novembro o PT estava em um esforço estratégico com a grande campanha eleitoral Lula Presidente, que conseguiu ir para o segundo turno e quase ganhou as eleições. Veio-me à memória um livro que se intitulou “Lula quase lá”.

### **Como avalia os acordos de paz?**

Quero dizer primeiro o que não eram os acordos de paz. Esses acordos não eram a assinatura da derrota ou



rendição de uma das forças em disputa: nem o governo se rendeu nem muito menos a FMLN se rendeu. Esses acordos nunca buscaram mudar por escrito a realidade do país, nem muito menos a construção de uma sociedade socialista. Os acordos de paz contemplaram uma agenda que consistia em uma reforma constitucional, uma reforma ao sistema eleitoral, uma reforma às forças armadas, a transformação da FMLN em partido político e o abandono das armas, uma nova polícia civil, uma política de direitos humanos e uma agenda específica em matéria econômica e social, mas sem pretender reverter as políticas neoliberais. Era mais a criação de um mecanismo de concertação entre os atores econômicos e sociais. Toda esta agenda tinha seu itinerário e calendário de execução. De modo geral, o processo de implementação foi bastante carregado de conflito, mas com mecanismos de diálogo e negociação permanentes. No final, a avaliação geral é de que a implementação dos acordos de paz foi um sucesso, diferentemente de outros processos de paz como o da Colômbia, no qual houve ruptura. O cessar-fogo foi executado de forma quase impecável e, a propósito da participação do Brasil, vale destacar o importante trabalho da delegação militar brasileira na verificação desse cessar-fogo. Uma coisa interessante foi a interlocução entre os militares brasileiros e os do exército da FMLN. No início houve uma grande desconfiança mútua, mas depois estabeleceu-se uma grande relação de respeito, que contribuiu para o sucesso do processo de pacificação. O Brasil pode se orgulhar de, após ter um papel indiferente ao processo salvadorenho, ter sido grande pro-

tagonista da pacificação do país. Havia delegados na área militar e de direitos humanos. O embaixador brasileiro, Francisco Lima (1992-1994) foi um ator protagonista na busca do sucesso dos acordos de paz e da democratização do país.

Os acordos de paz possibilitaram as condições institucionais para que a FMLN chegasse ao governo com Mauricio Funes por meio das eleições em 2009. Essa é a prova de fogo do processo de transição política: a alternância do poder de uma força de esquerda depois de 20 anos de governo do ARENA.

### **Como avalia a trajetória da FMLN após os acordos de paz, até a eleição de Mauricio Funes?**

É importante, em uma avaliação, estabelecer certos indicadores políticos para isto. A finalidade última de uma força de mudança não é chegar ao governo em si, e sim buscar transformar a sociedade, o país, em benefício de todos, mas com uma opção preferencial pelos pobres. A busca do desenvolvimento e do progresso é o principal indicador que uma força política de esquerda deve avaliar. Em conformidade com esta visão, a prioridade política da FMLN era a implementação dos acordos de paz, que faziam parte da nossa plataforma de luta e que buscavam uma nova institucionalidade democrática. Dessa forma, não podíamos apostar em ganhar as eleições no primeiro momento sem que se cumprissem os acordos de paz. Refiro-me à primeira eleição de 1994, mas, a meu entender, a FMLN tinha condições políticas de ganhar as eleições pre-

sidenciais em 1999. A visão da direção da época teve um acerto e um grande erro. O acerto foi eleger o Dr. Héctor como primeiro prefeito de esquerda ao ganhar na capital, San Salvador, em 1977, que se firmou como um dos políticos com mais credibilidade nas pesquisas de opinião, uma vez que todo prefeito da capital é um presidenciável por natureza. O erro foi não saber lidar com as diferenças internas, o que queimou essa candidatura fazendo o Dr. Héctor Silva abrir mão dela. Fechada essa opção de candidatura com grandes chances de ganhar, o secretário-geral do partido, Facundo Guardado, cometeu um segundo erro, que foi abandonar a tese de optar por um candidato presidencial fora das fileiras militantes e dos comandantes da guerrilha e se automeou candidato presidencial junto a Nidia Díaz, outra companheira comandante. Essa chapa presidencial foi batizada de chapa puro sangue; ganhou as eleições internas, mas gerou a divisão dentro do partido. Essas más decisões, a meu entender, acabaram servindo de bandeja para a direita a oportunidade de ganhar a eleição presidencial e de o ARENA continuar no poder, com um candidato opaco entre a opinião pública e sem experiência administrativa nenhuma. Francisco Flores (1999-2004) foi, como presidente, um dos maiores expoentes do neoliberalismo e da submissão aos governos norte-americanos. Foi responsável pela dolarização do país para facilitar que as elites retirassem seu capital e investissem fora do país. Foi também quem iniciou a política de mão dura contra as *pandillas* (gangues do crime organizado), que nos acartou esta guerra social com muitas vítimas.

Posteriormente, na seguinte campanha presidencial, em 2004, um dos setores da FMNL apresentou Mauricio Funes como candidato presidencial, um comunicador com muita credibilidade e audiência e sem nenhuma militância política. Essa possibilidade fez com que, do lado do ARENA, pensassem também em um comunicador, o radialista Antonio Saca, muito popular em termos de audiência. Porém, na correlação interna da FMLN optou-se por uma disputa entre dois candidatos internos, o grande dirigente histórico Shafik Hándal e o prefeito bem-sucedido de uma cidade importante, Oscar Ortiz. A eleição ficou quase empatada, com uma inclinação a favor de Shafik, mas na prática fomos para a contenda eleitoral divididos, e para enfrentar um candidato carismático e grande comunicador, que era Antonio Saca. Essa campanha presidencial foi muito intensa; nossas propostas eram reformistas para reverter as políticas neoliberais que estavam afetando o povo, mas venceram a máquina do governo, o apoio das elites, a grande mídia e, definitivamente, a campanha do medo em relação a um governo de esquerda.

Para a disputa eleitoral de 2009, houve um giro na visão e na estratégia da FMNL, talvez fruto do aprendizado das campanhas passadas. A direção do partido propôs a candidatura de consenso a Mauricio Funes e definiram seu nome em 2007, quase dois anos antes das eleições. Assim, ter um candidato com popularidade e credibilidade, a máquina da FMLN unida e uma estratégia de alianças, sob a palavra de ordem “Todos contra o ARENA” foram fatores decisivos para conseguir o triunfo histórico da esquerda

em março de 2009. Resumindo, um candidato conhecido e com boa popularidade, com credibilidade, um partido forte unido e muito vinculado ao povo e uma plataforma progressista, de reformas, que priorizava o social, assim como uma ampla política de alianças com atores políticos e cidadãos, foram as condições para o triunfo de 2009, algo que pensávamos que seria quase impossível: ganhar as eleições presidenciais.

### **Como avalia o governo de Mauricio Funes?**

Quero dizer que farei uma avaliação autocrítica, já que fui um ator importante nesse primeiro governo de esquerda. Também darei alguns indicadores para a avaliação. É necessária também uma avaliação mais ampla sobre os obstáculos e sobre o campo da estratégia e do exercício do poder.

Para começar, nosso governo se projetou para as pessoas como o governo da mudança para melhorar, uma mudança que implicava segurança jurídica para eliminar a desconfiança dos atores econômicos internos e externos. O *slogan* do governo foi “Unir, crescer e incluir”, para estabelecer o norte do governo. E o último indicador seria conseguirmos, no campo político, a continuação do projeto de mudança ganhando as próximas eleições presidenciais.

O ponto de partida: ganhamos por uma margem estreita, mas o presidente Funes gerou muitas expectativas positivas, iniciando com uma grande esperança. De fato, um *slogan* de campanha muito impactante foi “A esperança vencerá o medo”, “Sim, é possível”, e no final foi possível: ganhamos pela primeira vez o governo central. De

início, houve uma boa relação entre o novo presidente e o anterior, o que foi algo incomum, mas serviu para fazer uma transição tranquila. No entanto, ao tomar posse, nos deparamos com a realidade de que herdamos um governo extremamente endividado, sem opção de política monetária à dolarização, com um crescimento de menos três por cento do PIB, com uma ascendente dívida previdenciária – resultado de uma privatização das aposentadorias – e com uma economia do nosso principal sócio, os Estados Unidos, em tímida recuperação da crise financeira – destaco isto porque o nosso país se sustenta com as remessas dos trabalhadores salvadorenhos nos Estados Unidos e a recessão nesse país repercute nas remessas familiares. Logo de cara tivemos que governar em época de vacas magras, como diz o ditado. Por isso, nossa principal aposta foi a recuperação e o crescimento econômico para financiar nosso programa de governo, que se caracterizaria pela inclusão social e o investimento nos mais pobres. Um desafio imediato foi ganhar a credibilidade dos organismos financeiros internacionais e estabelecer boas relações de confiança com os EUA. Era uma questão de sobrevivência.

Destaco a situação econômica e fiscal que herdamos porque um governo requer recursos para suas obras e programas de benefício para a população, porque não se governa com discursos e boas intenções. Priorizar os programas sociais foi uma decisão correta e justa; o problema, em um sentido autocrítico, foi que grande parte desses programas sociais se financiaram com dívidas externas e isso não era sustentável. Não há dúvidas de que os pro-

gramas de pacotes escolares, de uniformes para as crianças, foram reconhecidos como a melhor conquista do governo em termos de benefício para o povo, assim como o programa Cidade Mulher – um modelo de atenção integral aos problemas da mulher –, os pacotes agrícolas – para os camponeses pobres – foi muito importante para conseguir boas colheitas de grãos básicos e combater a pobreza rural – e outro aspecto do investimento social foi a reforma de saúde.

Um fator que não estava em nossos planos foi a vulnerabilidade de nosso país a desastres naturais. No início do governo, e nos três anos consecutivos, a cada inverno houve grandes afetações para a economia e para as pessoas, mas com orgulho podemos dizer que construímos o Sistema Nacional de Proteção Civil; reconstruímos a infraestrutura viária e de habitação e desenvolvemos uma grande capacidade organizativa de resistir aos desastres naturais e passamos a ser qualificados, pelo sistema das Nações Unidas, do país mais vulnerável do mundo para uma posição menos vulnerável, em forma extraordinária. Como governo, nossa prioridade é a vida dos mais pobres, que são os mais vulneráveis nos desastres.

Destacarei o fator político mais adiante. Nas relações internacionais, alcançou-se uma grande aliança com o governo de Obama, com a Aliança para o Crescimento, mas considero que não se aproveitou eficazmente esse programa e a vontade política expressa pelo presidente Obama em sua visita ao país. Entretanto, uma conquista foi o segundo Fomilenio, um programa de doações importante, que ficou como legado para o governo seguinte. Ou-

tra relação privilegiada foi a do Brasil, não apenas por ser um aliado importante no cenário internacional, mas também por se tornar uma modelo de gestão pública a favor dos pobres. No plano da cooperação bilateral com o Brasil, a modo de avaliação, acredito que poderíamos ter feito mais nesse campo. Não obstante, nosso governo adotou programas como os da agricultura familiar, os programas de ajuda social, Territórios de Cidadania, o esporte como inclusão social, entre outros. Embora uma prioridade fosse construir uma boa relação com os EUA, isso não significava uma submissão ao país do norte. De fato, o primeiro ato soberano em política externa foi a retomada das relações diplomáticas com Cuba após quase 50 anos de ruptura oficial, que foi assinada no próprio dia da posse de Funes. Podemos deixar uma avaliação mais detalhada da gestão diplomática do governo Funes para outra ocasião.

Em matéria de segurança, iniciou-se um grande esforço de ganhar a confiança da população em relação à polícia, mas no que diz respeito ao problema central do crime organizado e das *pandillas*, nos dois primeiros anos não se alcançaram avanços significativos. O gabinete de segurança estava formado com funcionários da FMLN e a direita, diante da falta de bons resultados, fez uma grande pressão política que obrigou a mudanças no gabinete e foi nomeado pessoal aposentado da área militar. Estes adotaram uma política de apoio à pacificação das *pandillas* que estava dando certo – como demonstram as estatísticas, passou-se de uma média de 12 a 14 assassinatos diários



para uma média de cinco a sete. Mas a direita representada pelo ARENA, com sua estratégia de bloqueio e de fazer fracassar o governo, incidiu para, através da sala de assuntos constitucionais da Corte Suprema de Justiça, declarar ilegal a nomeação do ministro de Justiça e Segurança e do diretor da PNC, por terem sido militares. Isso gerou um vácuo e um transtorno no processo de pacificação, de tal forma que, quase um ano antes de terminar o governo, os índices de homicídios haviam subido de volta aos níveis do início da gestão Funes, porque o novo ministro de Justiça e Segurança gerara um caos ao mudar a política e não dar continuidade à do seu antecessor. Um crasso erro do presidente Funes foi não substituí-lo de imediato. Essa omissão, considero eu, custou caro. Minha experiência é de que se um funcionário de confiança não dá certo, o correto é substituí-lo imediatamente por alguém que cumpra as missões governamentais, porque o custo de mantê-lo é muito alto. Um déficit que quero destacar para que seja superado no futuro é a necessidade de mais trabalho em equipe liderado diretamente pelo presidente, para uma melhor abordagem das problemáticas e tomada de decisões.

Por último, nesta breve avaliação do governo Funes, cabe dizer que, apesar da inexperiência na gestão governamental da grande maioria dos funcionários públicos, nós nos guiamos pelas ideias-força do lema de governo: unir, crescer e incluir. E o principal indicador de boa gestão pública é o aval da população na eleição presidencial para Salvador Sánchez Cerén, que era o vice de Mauricio Funes.

## Como avalia a relação entre a FMLN e o governo Funes?

Todo presidente precisa de uma força política que lhe dê sustentação e apoio popular para uma boa governabilidade, mas com papéis bem definidos e diferentes, embora compartilhando uma visão e projeto político comum sobre o rumo do processo de transformação social. Para mim, esse foi nosso calcanhar de Aquiles na gestão Funes, especialmente nos dois primeiros anos, paradoxalmente. O ARENA ficara enfraquecido com a derrota, com grandes divisões. Já o governo, com um discurso de unidade nacional, conseguiu o apoio até de setores da direita. Mas o triste é que as divergências públicas entre o presidente e a FMLN eram mais fortes do que com o ARENA. O presidente Funes, no início de sua gestão, declarou que sentia orgulho de ter chegado ao governo com a bandeira da FMLN, mas que, levando em consideração a situação do país, ele se despojava das cores e da visão partidária e adotava a bandeira da unidade nacional. Isso não foi bem assimilado pela direção da FMLN. Eu, pessoalmente, avalio que a interlocução entre o presidente e a direção do partido não foi adequada e eficaz. No final, com a recuperação do ARENA como força política nas eleições de 2012 para a assembleia e os municípios, esse partido adotou uma política aberta de confronto ao governo e à FMLN. Essa estratégia do ARENA, de bloqueio e confronto contra o presidente Funes, obrigou-o a se envolver intensamente na eleição do presidente Sánchez Cerén. Não é exagero afirmar que Funes foi o principal protagonista na vitória

de Sánchez Cerén. É de se destacar que o presidente Funes manteve uma boa popularidade até o término de seu mandato. Precisamente esse protagonismo de Funes na vitória da FMLN é o principal motivo do ódio e perseguição da direita na atualidade contra ele.

### Como avalia o governo de Sánchez Cerén?

O governo de Sánchez Cerén se projetou na campanha como uma continuação do governo Funes, propondo melhorar e ampliar os programas sociais. A meu ver, diferentemente de Funes, este é um governo mais orgânico com a FMLN. De fato, Sánchez Cerén faz parte da cúpula do partido, mas o presidente mantinha, até pouco tempo atrás, um discurso de unidade e de entendimento nacional. O *slogan* “O país unido avança” reflete essa visão. Mas as dificuldades das finanças públicas, apesar de a arrecadação fiscal ter passado por várias reformas, são cada vez piores. Se nós tivemos que governar em época de vacas magras, Sánchez Cerén teve que enfrentar uma época de seca e vacas moribundas por falta de pasto. E acrescentamos a isso um cenário internacional bem desfavorável, com um governo dos EUA liderado por Donald Trump, com sua política anti-imigrantes – lembrando que as remessas dos emigrantes sustentam o dólar no país. A isto ainda se soma o fato de um aliado com quem a FMLN contava muito, que é a Venezuela, ter afundado em uma crise de baixa do petróleo e um boicote sistemático e desestabilização do governo Maduro por parte das direitas do continente. O PT está fora do governo: deram um golpe

parlamentar na presidenta Dilma Rousseff e estão em uma caçada ao ex-presidente Lula. Algo similar está ocorrendo na Argentina. O pior é que o governo de Sánchez Cerén está sendo obstaculizado pela direita através da sala dos assuntos constitucionais da Corte Suprema de Justiça. Para concluir, com a dolarização, a política de endividamento é quase a única política fiscal para sustentar o Estado, mas, como se costuma dizer, o cartão de crédito é o limite. E o empresariado local tem adotado uma posição, como sindicato patronal, de boicote ao governo. A situação do governo não é nada boa, mas também não é o fim do governo; há margem de manobra, embora cada vez mais limitada.

Na minha opinião, a FMLN com Sánchez Cerén tem um baluarte moral muito importante, por sua honradez e austeridade pessoal. Isso não é suficientemente projetado na opinião pública, e é um dado positivo: as qualidades éticas pessoais do presidente, quem pode demandar a seus funcionários uma maior moral e eficiência em suas funções. No pessoal, um aspecto que o presidente deve assumir é a avaliação de sua equipe de governo, mas ele se mostra muito conservador nesse ponto e reitero o que disse anteriormente: peca-se por ação, mas também por omissão, e os erros pelas más decisões se pagam caro.

### **Como é a relação da FMLN e o governo de Sánchez Cerén?**

A relação FMLN-governo é mais estável e o apoio político é mais claro. De fato, a relação é mais orgânica e não há intermediários. Mas é verdade que, embora a direita

não tenha conseguido um movimento popular nas ruas, como é o caso da Venezuela, também não se observa no país um movimento popular que vá para as ruas defender o governo. Com Cerén pode ocorrer outro problema, que é confundir o governo com o partido. O governo é administração pública e governa para todos, não para o partido e seus militantes. O partido é o veículo permanente estratégico, que busca realizar seu projeto de transformação social, enquanto o governo é um veículo temporário que busca implementar seu plano de gestão de cinco anos. Se fizer um bom governo, isso permite a continuidade do partido no governo para avançar em seu projeto político, mas o partido não pode estar sujeito às limitações do governo e deve ser também consciência crítica da gestão governamental. O partido deve ser um dinamizador da cidadania em torno dos programas do governo e das políticas públicas.

### **Quais são os desafios para o futuro da esquerda em El Salvador?**

Considero que um projeto de mudança social deve ter sua estabilidade e continuação política de uns 25 anos no mínimo, o desmonte do arcabouço do neoliberalismo e o burocratismo oligárquico requerem tempo, trabalho sistemático, rumo claro e uma grande paixão e criatividade, inovação na política e no próprio governo.

As visões de curto prazo e personalistas não funcionam. Eu me faço uma pergunta existencial: Qual é nosso projeto político e histórico? Qual é nossa missão histórica? Por acaso

é brincar de política para ganhar eleições e continuar governando? Ou nossa missão é lutar e trabalhar por uma estratégia de desenvolvimento e segurança nacional e local que abranja o campo eleitoral mas sem reduzir nossos partidos a aparatos eleitorais? Os partidos devem produzir ideias inovadoras, políticas, estratégias, projetos; os partidos devem ser a massa crítica, formuladora de soluções, e, através da prática, realizar os sonhos do nosso povo. Toda estratégia política da mudança é bem-sucedida na medida em que o povo se torne protagonista do projeto de transformação.

O grande desafio é como nos refundamos como esquerda e estabelecemos para o povo uma clara diferença de comportamento político. O ponto é que a mídia propagou a ideia de que a FMLN é igual a todos os partidos conservadores, fisiológicos. Então o desafio é mostrar ao povo a diferença de fazer política e exercer o poder público com ética, e com eficácia, para transformar nossas sociedades.

## Entrevista com Vanda Pignato

**Conte-nos como e quando você se tornou uma militante da causa de El Salvador?**

Foi durante minha militância no PT. Desde o mo-

vimento estudantil sempre participei do coletivo de relações internacionais e sempre tive um especial interesse pela América Central. Logo depois da criação da Secretaria de Relações Internacionais do PT, comecei a dedicar a ela mais tempo da minha militância política. Havia uma divisão de áreas da equipe internacional e eu estava justamente focada na região centro-americana.

Logo depois da Revolução Sandinista, participei do Comitê Nacional de Solidariedade à Nicarágua e através de deste comitê conheci um pouco mais sobre o que estava se passando na Guatemala e El Salvador. Também é interessante recordar que na minha adolescência, especificamente no colegial na Escola São Vicente de Paula, escolhi El Salvador para fazer um trabalho de história, pois me chamava a atenção que El Salvador fosse o menor país da América Latina.

### **Como foi sua atuação no Brasil, em defesa da causa salvadorenha?**

O PT nasceu em 1980 e, nessa época, havia muita participação dos militantes petistas em temas internacionais. A revolução sandinista influenciou muito a nossa geração. Quanto mais conhecia a história do povo salvadorenho, mais me interessava, pois era nesse pequeno país onde estava sendo aplicada a guerra chamada “de baixa intensidade”, na que os Estados Unidos tentava impedir o chamado efeito dominó, ou seja, se a Nicarágua venceu, El salvador vencerá e Guatemala seguirá. Por isso, a agressão norte-americana era muito forte e evidente, e as violações aos direitos humanos eram aberrantes. Nessa época

eu estava cursando Direito e prestava serviço voluntário na Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, durante a gestão do grande Paulo Sérgio Pinheiro. Conheci então o representante da FMLN para América do Sul, Ernesto Zelayandia. Juntos trabalhamos muito e, em 1987, nos casamos. Trabalhei muito, denunciando as violações aos direitos humanos, tanto dentro do partido como fora dele. Foi aí que recebi um convite para uma visita a El Salvador: Paulo Sérgio Pinheiro me designou para representar a CDH-OAB-SP. Eu viajei com uma delegação a El Salvador, a convite da UNICEF, para participar como observadora em uma campanha de vacinação em zonas de conflito. Viajei em 1988 e, a partir daí, minha paixão por este país e por sua luta se fortaleceu. Essa viagem marcou a minha vida pois havia estado denunciando e acompanhando a guerra de longe e vivê-la na pele foi algo marcante.

### **Quando você se mudou para El Salvador e qual era seu trabalho?**

Em 1992, com a assinatura dos acordos de paz, Ernesto regressa para El Salvador em janeiro e eu em novembro decidi viver esse momento histórico, da implementação dos acordos de paz. Eu não tinha um trabalho no qual recebesse um salário, ajudava colaborando em uma área que se chamava “oficina de reconstrução” e era maravilhoso acompanhar o processo histórico que vivia El Salvador. Depois de um tempo, recebi um convite do então Embaixador Francisco Lima e Silva para trabalhar na Embaixa-



da do Brasil dirigindo o Centro de Estudos Brasileiros, o CEB. Trabalhei no CEB durante quinze anos, aproveitei para promover um intenso intercâmbio cultural, político e social entre ambos os países.

**Como você avalia a trajetória da FMLN, antes dos acordos de paz?**

A FMLN foi o movimento guerrilheiro mais extraordinário do mundo. Em um país geograficamente tão pequeno e complexo, a guerra mostrou claramente que era impossível derrotar a FMLN, mesmo com a ajuda de um milhão de dólares diários enviados pelo governo dos Estados Unidos. Além disso, a FMLN contava com um extraordinário apoio popular. Os movimentos sociais, principalmente das comunidades de base e sindicais, eram de uma força tremenda.

**Como você avalia os acordos de paz?**

Foram fundamentais para colocar um ponto final na guerra. Para iniciar uma nova etapa, com uma nova Polícia Nacional Civil, para que o sistema de justiça fosse fortalecido, para impedir as violações aos direitos humanos e permitir que a FMLN competisse no campo eleitoral. Do meu ponto de vista pessoal, o acordo foi o acordo possível e não o acordo ideal, pois hoje estamos vivendo as consequências disso, com um sistema judicial que está em função dos poderosos, assim como no passado. Igualmente, a luta contra a pobreza e a exclusão não foi tratada, e duran-

te vinte anos a ultradireita governou impedindo a construção de uma verdadeira política de reconstrução nacional. A Frente governava muitas cidades, mas o governo central era quem mandava. Foram nesses anos que nasceram as chamadas *pandillas* (quadrilhas). Nadas mais eram do que jovens em conflito com a lei, jovens que não tinham trabalho, escola, educação. Um fenômeno produzido pelos vinte anos de abandono nas políticas públicas e que hoje enfrentamos como uma verdadeira violência social.

### **Como você avalia a trajetória da FMLN depois dos acordos de paz, até a eleição de Mauricio Funes?**

Eu não sou militante da FMLN, seria muita arrogância da minha parte avaliar esse processo. O que posso falar é sobre a chegada de Mauricio à presidência. Já estava claro que a sociedade salvadorenha não votaria em nenhum dos ex-comandantes da FMLN, pois a população queria uma figura diferente. Foi então que apareceu o Mauricio. Ele era o mais importante jornalista, tinha um programa de entrevistas e era sem dúvida a figura com maior credibilidade do país. Com a escolha do Mauricio a vitória estava quase garantida.

### **Como você avalia o governo Mauricio Funes?**

El Salvador era um país que ainda não saíra do trauma causado pela guerra e pela polarização, que estimulava seus compatriotas à imigração, governado sob um regime neoliberal que destruía o tecido produtivo, com um incremento das *pandillas*, cada dia mais violentas, e do crime organi-

zado. Com a vitória do Mauricio, teve início uma grande transformação no exercício do poder: a prioridade foram os setores mais empobrecidos e excluídos e não mais os grupos econômicos que dominaram o país nos últimos vinte anos. Iniciou-se um plano chamado *Plan Quinquenal*, no qual se construiu um verdadeiro projeto de desenvolvimento social, com implementação de políticas públicas que visibilizavam os invisíveis, que eram a maioria em El Salvador.

### **O que pode nos dizer acerca do trabalho desenvolvido por você?**

Eu tive dois papéis, um de primeira-dama e outro de secretária de Inclusão Social.

Solicitei ao presidente dissolver a Secretaria da Família, que era onde tradicionalmente a primeira-dama atuava em seu trabalho de assistencialismo, e criamos a Secretaria de Inclusão Social, que tinha como objetivo criar políticas públicas com enfoque em direitos humanos. Foi um trabalho duro, pois havia muito preconceito contra uma atuação que não fora a tradição da primeira-dama. Mas aproveitei o poder político que tinha para implantar políticas que eram impensáveis no passado, como foi o Projeto Cidade Mulher, a Direção da Diversidade Sexual, institucionalizar políticas para os idosos, jovens e pessoas com necessidades especiais. Uma das minhas prioridades foi cumprir com umas das promessas mais importantes do presidente Funes – a criação da Cidade Mulher – e colocar as mulheres no centro das políticas públicas. Foi realmente um momento histórico.

## Entrevista com Mauricio Funes

**Antes de ser presidente, qual foi sua trajetória profissional e política?**

Antes de ser presidente, fui por 21 anos jornalista de televisão. Dirigi o noticiário do Canal 12 de TV, um meio de comunicação independente que sempre manteve uma posição editorial crítica diante da direita no poder. Por esses anos estava no governo o partido ARENA, de extrema direita, mantendo o controle do Executivo, assim como dos demais poderes do Estado, incluindo os meios de comunicação de maior cobertura no país. Além disso, conduzi um programa de entrevistas políticas pela manhã, considerado um dos programas mais incisivos do jornalismo televisivo nacional, através do qual se exercia uma frequente fiscalização do poder. Nunca tive militância partidária. De fato, minha relação com a FMLN era como a de qualquer outro jornalista que cobria as suas atividades e entrevistava os seus principais dirigentes. Cheguei a ter uma relação de amizade com alguns deles, estimulado principalmente por minha companheira de vida, Vanda Pignato, que foi a pessoa que me aproximou da esquerda partidária, por sua militância no PT do Brasil, partido aliado à FMLN em suas lutas para construir uma América Latina solidária, inclusiva e democrática. Antes de ser jornalista, nos primeiros anos dos meus estudos universitários, fiz par-

te da direção da sociedade de estudantes da Faculdade de Economia da UCA. Meu irmão mais velho também foi dirigente estudantil. Em 1980 ele foi assassinado pela polícia, fato que marcou a minha vida e me aproximou mais das ideias de esquerda, sobretudo ao marxismo-leninismo, forjando também em mim uma atitude antimilitarista.

**Por que o senhor acha que a FMLN decidiu lançar sua candidatura à Presidência?**

Na minha opinião, a direção da FMLN me procurou para ser candidato presidencial por duas razões. Em primeiro lugar, por pragmatismo político. Depois de várias tentativas, seus dirigentes perceberam que não conseguiriam chegar à Presidência com um candidato que fosse militante do partido.

Tinham de procurar uma pessoa de fora das fileiras partidárias mas com suficiente aceitação cidadã, que mesmo sem ser da FMLN lhes desse garantias de que, ao vencer, seria construído um governo de esquerda, democrático e popular. Mesmo já tendo transcorrido quase duas décadas desde o final do conflito armado, para os eleitores a FMLN ainda provocava temores, que a própria direita no poder alimentava através dos meios de comunicação que controla. O temor em relação a um governo que acabasse com a propriedade privada ou que conduzisse a um rompimento de relações com os Estados Unidos, principal receptor de imigrantes, era mais forte do que a necessidade de uma mudança na condução do governo. Minha candidatura não gerava esse tipo de resistências ideológicas;

longe disso, eu era percebido como um jornalista próximo ao povo, que abraçava as causas populares, moderado, que podia e tinha a disposição de combater a direita como já tinha feito a partir da plataforma da mídia. Por isso é que, já como candidato, não tive dificuldades para encampar a bandeira do anseio de mudança que a população tinha após 20 anos de um partido de extrema direita no poder.

A outra razão da decisão da FMLN foi o fato de minha candidatura ser ativamente promovida pelos cubanos, que naquele momento exerciam mais influência na direção efemelenista do que o presidente Chávez. Após entrevistar Fidel Castro em 2004, cultivei uma relação estreita com ele, a ponto de conversar em várias oportunidades sobre a necessidade de uma candidatura como a minha. Inclusive, sobre as eleições daquele ano, o próprio Fidel me expressou que não achava viável a candidatura de Shafik Handal, porque a considerava perdedora apesar de reconhecer suas qualidades como líder indiscutível da esquerda em El Salvador. Já naquela época, Fidel falava de uma possível candidatura minha e dizia que ele pessoalmente ou algum de seus enviados para a região a proporia para a Frente. Com efeito, no Foro de São Paulo que se realizou em El Salvador, Ramiro Abreu se reuniu em forma privada com a Comissão Política da FMLN e disse que viam com agrado uma candidatura presidencial como a minha e que se ela fosse concretizada contaria “com o apoio do Comandante”. A confluência desses fatores permitiu que a ideia da minha candidatura prosperasse sem resistências dentro da Frente.

**Do ponto de vista político, o que o senhor destacaria da campanha presidencial pela qual foi eleito?**

Com a assessoria de João Santana, trabalhou-se em dois eixos temáticos. Simultaneamente, transmitiu-se à população que a minha candidatura presidencial representava o anseio de mudança da maioria da população e, ao mesmo tempo, implicava uma ruptura com a política tradicional e com a concepção patrimonialista do poder que até então a direita representara.

Por conta disso, enquanto localmente eu me identifiquei com a necessidade de dinamizar a economia, mediante a geração de emprego e do aumento do poder aquisitivo da população, principalmente dos mais pobres, assim como com a necessidade de romper com uma visão corporativista do governo como a representada pela direita; no plano internacional projetamos uma forte identificação com dois agentes de mudança como eram o presidente Obama, recém-eleito nos Estados Unidos, e o presidente Lula, que já estava no segundo mandato à frente do governo do Brasil.

**Como avaliaria o governo de Mauricio Funes? Quais são os pontos fortes, os pontos fracos e os principais acertos?**

Meu governo foi de transição. Cinco anos não são suficientes para desmontar o poder oligárquico no país. Encontramos um país em uma crise econômica, com mais de 30 mil empregos perdidos, uma agricultura estagnada, uma estrutura tributária regressiva que fazia com que o financiamento público recaísse nos impostos pagos pela

classe trabalhadora, com um crescimento negativo, de -3,5%, e um déficit fiscal de cerca de 5% do PBI. Aplicamos, nos primeiros anos de governo, uma série de medidas anticíclicas, com o propósito de reverter a taxa negativa de crescimento e enfrentar a vulnerabilidade socioeconômica de boa parte da população afundada na pobreza. Em cinco anos de governo, conseguimos fazer com que a economia recuperasse sua dinâmica positiva de crescimento e que as famílias mais pobres alcançassem maiores níveis de bem-estar. Implementou-se uma agressiva política social, que reduziu as desigualdades sociais e a iniquidade em cinco pontos, segundo estimativas da CEPAL. Pela primeira vez, as famílias de mais baixa renda constituíram os principais beneficiados da gestão governamental.

Apesar desses avanços, não conseguimos desarticular o poder e o controle que a extrema direita tinha e continua tendo em outros órgãos do Estado, em especial do Judiciário e do Ministério Público. Não nos foi possível, igualmente, reverter a tendência de alta da taxa de criminalidade no país. De fato, muito embora tenha havido períodos de redução da violência delinquencial, fechamos o governo com um aumento no número de homicídios diários e com um incremento da ação das *pandillas* (quadrilhas).

### **Como avalia a relação entre a FMLN e o governo Funes?**

Os primeiros anos de governo foram de desencontros frequentes entre o governo e a FMLN. Lamentavelmente, a direção da FMLN não entendeu que para governar era



necessário estabelecer alianças com um setor da direita, sem o qual dificilmente seria possível realizar a mudança oferecida, pois era preciso contar com acompanhamento legislativo. A bancada da Frente não era suficiente para tomar decisões na Assembleia. Tanto a maioria qualificada quanto a maioria simples que se requeriam para a aprovação de leis e do orçamento governamental só podiam ser alcançadas se fossem pactuados acordos políticos com alguns partidos da direita. Esse necessário entendimento com uma direita moderada, diferente da representada pelo ARENA, não foi bem visto pela FMLN e provocou fortes discussões políticas, que a levaram ao afastamento, em algumas áreas, da gestão do governo.

No último ano do quinquênio, prévio às eleições presidenciais, a direção da Frente redefiniu a relação e buscou apoio político da Presidência, de modo a alcançar uma correlação de forças mais favorável e um aumento do respaldo popular necessário para ganhar as eleições de 2014. De fato, boa parte da oferta eleitoral da FMLN se baseou em continuar com os benefícios conquistados pelos programas sociais do governo Funes.

### **Quais são os desafios para o futuro?**

O atual governo e a FMLN têm vários desafios para o futuro. Primeiro precisam resolver a crise fiscal provocada por uma queda na arrecadação e um aumento no gasto. Isso passa por alcançar um pacto fiscal com todas as forças econômicas, políticas e sociais do país e que tem como base uma profunda reforma tributária. Segundo, é necessário

construir uma sólida aliança com as forças democráticas do país para continuar desmontando o poder oligárquico e evitar que a extrema direita siga brecando os trabalhos do governo e recupere o controle do Executivo nas eleições de 2019. Terceiro, a FMLN e o governo atual devem redefinir suas alianças na Assembleia Legislativa e recuperar sua influência nos partidos da direita moderada de modo a assumirmos o controle desse órgão do Estado sem o qual não se pode governar. Quarto, em face aos meios de comunicação, deve-se trabalhar em uma estratégia comunicacional que permita chegar a um equilíbrio informativo, e que a população tenha acesso a outras visões da realidade que não seja unicamente a da extrema direita.



## Programa e estratégia

No dia 8 de novembro de 2015, o Primeiro Congresso da FMLN aprovou um documento sobre programa e estratégia, do qual reproduzimos alguns trechos abaixo.

Com a eleição do primeiro governo da FMLN, em 2009, a política neoliberal aplicada pelos governos da ARENA desde 1989 foi interrompida.

Os governos da FMLN iniciaram uma mudança de direção na política econômica e tomaram medidas para fortalecer e melhorar a produção agrícola e industrial, mas devem avançar na derrota do neoliberalismo, no sentido de reverter o essencial do que a ARENA fez e dar um peso muito maior para o Estado e para a propriedade social. Eles também devem continuar a progredir na mudança de um modelo de serviços comerciais e financeiros para uma economia baseada na produção. As mudanças começaram, mas precisam ser aprofundadas.

Os governos da FMLN fizeram progressos na democratização do sistema político, criaram muitos espaços de consenso e participação cidadã, centraram sua política na defesa dos interesses populares e estão criando a correlação de forças para derrotar definitivamente o neoliberalismo e transformar El Salvador em um país democrático, produtivo, justo, equitativo e sustentável. A tarefa para os próximos anos é aprofundar a democracia, reduzir drasticamente a pobreza e a desigualdade e vencer a criminalidade que afeta o país.

A direita oligárquica perdeu o poder, mas mantém um peso importante no sistema político e sua ideologia gravita em grandes segmentos da população, a partir do controle das principais mídias, universidades, algumas igrejas e outras instituições.

Há uma disputa de hegemonia entre o projeto revolucionário e o projeto oligárquico. O primeiro avançou e o segundo recuou, mas ainda é forte.

O equilíbrio político torna difícil para a FMLN aprofundar as mudanças. Romper esse equilíbrio é um dos principais desafios da FMLN e das forças progressistas e democráticas para continuar a governar e mudar o país. Para isso, será necessário avançar no plano econômico e social e alcançar a hegemonia da esquerda.

O programa da FMLN a curto, médio e longo prazo deve continuar e aprofundar as transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais da Revolução Democrática, com ênfase na participação e inclusão, bem como no posicionamento e transição para um socialismo autenticamente salvadorenho.

## OBJETIVOS

Construir um país em paz, derrotando mafias, crime organizado, gangues e outras formas de crime.

Erradicar o neoliberalismo e fortalecer a propriedade estatal, social, mista, social e individual, bem como micro, pequenas e médias empresas.

Substituir o atual modelo econômico-financeiro excludente por um modelo baseado em uma economia produtiva e solidária, garantindo a soberania e a segurança alimentar, a cesta básica expandida e o desenvolvimento socioeconômico sustentável em benefício da maioria.

Desenvolver a democracia política, econômica, social e cultural dentro de um quadro de maior participação popular, na busca de uma sociedade menos desigual, com equidade entre homens e mulheres e com sustentabilidade ambiental como garantia de boa vida.

Combater a pobreza, com vista à sua erradicação.

Alcançar e aprofundar a hegemonia política, ideológica, econômica, social e cultural do projeto revolucionário.

Reivindicar os direitos econômicos, sociais e políticos dos salvadorenses e salvadorensas no exterior.

## TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Estado forte, redistribuidor de renda e a serviço da população. Derrotar o neoliberalismo significa que o Estado terá um papel decisivo na direção do país, na economia nacional, na redistribuição da renda e no desenvolvimento

social, que está aberto à participação social e a serviço da população, especialmente dos mais necessitados. O Estado deve ser eficaz no exercício das suas funções, garantir o respeito pelos direitos econômicos, sociais e culturais, e mudar as relações hegemônicas de produção, bem como a relação entre as pessoas e a natureza.

No nosso projeto democrático e revolucionário, o Estado deve ser forte e eficiente, e possuir pelo menos oito papéis básicos nos aspectos sociais, políticos e econômicos:

a) Gerente e executor da política social e cultural. Deve garantir o acesso e a melhoria da educação, da cultura, do emprego, da renda decente, da segurança, da saúde, da habitação, da água, da terra, da recreação, dos esportes, da equidade de gênero, proteção ambiental, cuidados para pessoas com necessidades especiais, ações em favor de crianças, adolescentes, jovens, idosos e povos indígenas, fortalecendo a responsabilidade compartilhada entre o governo e a população.

b) Promotor do desenvolvimento da ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. O Estado facilitará a capacidade criativa da sociedade.

c) Construtor da hegemonia popular. O Estado deve resgatar a história da luta popular pela transformação democrática do país, promover os valores de transformação social e erradicar a cultura de dominação, promover valores de libertação e justiça social, ser garantidor da igualdade entre homens e mulheres, erradicando as práticas discriminatórias de classe, gênero e etnia.

d) Gerente e executor da política econômica. O Es-

tado deve avançar na criação de uma política fiscal progressiva (justiça fiscal) e no controle da evasão fiscal, a fim de aumentar a carga tributária. Também deve restaurar a política monetária e fortalecer seu sistema financeiro, ter mais participação no investimento nacional, promover o crescimento econômico em harmonia com o meio ambiente e expandir o apoio a empresas de propriedade social e mista, micro, pequenas; empresas privadas de médio porte; e a população que trabalha por conta própria.

e) Proprietário de empresas em agências estratégicas. É importante que o Estado tenha maior peso em setores como o financeiro, industrial, agrícola, comercial (especialmente produtos de cesta básica), energia, recursos hídricos, mídia, pensões, transporte, produção de insumos biológicos e outras atividades de apoio à produção agrícola, micro e pequenas empresas, e empresas de propriedade social.

f) Regulador e supervisor de certas atividades econômicas estratégicas. O Estado deve garantir a estabilidade dos preços e tarifas, através de alguns mecanismos de controle, concessão de subsídios e participação na comercialização de produtos básicos.

g) Agir tendo em vista a conquista da soberania alimentar e sustentabilidade ambiental. O Estado deve garantir, às cooperativas e aos pequenos produtores, o acesso à propriedade da terra, às cooperativas, à gestão sustentável do solo, da água, da atmosfera, das florestas e da biodiversidade, da organização e gestão do território e da promoção de uma cultura do respeito pela natureza. Também



deve promover uma relação harmoniosa e cooperativa na região centro-americana, para a proteção sustentável dos recursos naturais compartilhados com outros países.

h) Promotor de novas relações internacionais, cooperação econômica, social, científica e cultural, complementaridade, respeito mútuo e soberania. O Estado deve expandir e fortalecer as relações internacionais, especialmente com a América Central, o Caribe, a América do Sul e os países da ALBA. Também com a Rússia, a China, o Vietnã, a Índia e outras nações que têm um peso importante na economia, no desenvolvimento social e cultural do mundo. A dependência excessiva dos Estados Unidos torna a sociedade salvadorenha muito vulnerável, especialmente porque as tendências mundiais apontam para um mundo multipolar, formado por blocos regionais com um peso crescente na produção, comércio e política mundial.

### O NOVO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL

Transitar para uma economia mais produtiva significa aumentar e diversificar a produção local, regional e nacional de bens agrícolas, industriais e agroindustriais, a produção de serviços e matérias-primas, incorporando mais valor na produção e integrando os setores produtivos, reduzindo a dependência das importações de matérias-primas e alimentos para alcançar a soberania alimentar, modernizar os meios de produção e continuar a modernizar a infraestrutura produtiva. O aumento da produção terá como base o desenvolvimento da educação, ciência e tec-

nologia, inovação e produtividade, em harmonia com o meio ambiente.

O crescimento e o desenvolvimento econômico serão sustentados no mercado interno e nas exportações. Por sua vez, o mercado interno será baseado em um maior poder aquisitivo da população, conservando a natureza e aumentando as ações de adaptação e resistência às mudanças climáticas, para garantir a existência de novas gerações. A expansão do mercado nacional beneficiaria 99% das empresas do país, que não vendem no exterior. A maioria dessas empresas são micro, pequenas e médias, mas também há muitas grandes empresas que não são exportadoras.

O novo modelo econômico articulará um pólo econômico popular composto por empresas de propriedade social, estatal e mista, e milhares de micro, pequenas e médias empresas privadas. É um modelo que favorece a grande maioria da população, que privilegia o mercado doméstico e o desenvolvimento das exportações, redistribui a renda em favor das maiorias populares, estimula a criação de uma força social, econômica e política alternativa aos monopólios privados e permite aumentar e diversificar a produção, transferir tecnologias e democratizar a propriedade. Neste modelo, as empresas privadas teriam um papel importante na produção de bens e serviços básicos.

No novo modelo, a economia será uma função social, ou seja, o centro da atividade econômica será a satisfação das necessidades da população. O modelo social garantirá a segurança pública, a erradicação do analfabetismo, a igualdade de acesso à educação, saúde, água, habitação,

energia, trabalho, direitos trabalhistas e proteção social, igualdade entre homens e mulheres, cuidado para crianças, adolescentes e adultos mais velhos, oportunidades para jovens e povos indígenas, planejamento territorial e respeito pelos direitos humanos e natureza. O modelo social implica ter um país altamente educado, produtivo e seguro, sem desnutrição e sem pobreza, ou seja, um país onde as pessoas têm garantia de boa vida política, econômica, social, cultural e ambiental.

## TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA

- Garantir a segurança do cidadão e a aplicação da justiça.

- Garantir a segurança do país consiste em derrotar as mafias, o narcotráfico, as gangues e outras estruturas do crime organizado, a corrupção e a impunidade, purgar e fortalecer as instituições responsáveis pela segurança pública e a reintegração social

- Desenvolver e executar políticas públicas inclusivas que ataquem as causas de exclusão, discriminação e violência, em todas as suas manifestações e com a participação de todos os setores sociais.

- Garantir o acesso de toda a população a uma justiça rápida e efetiva.

- Promover uma reforma e purificação do sistema judicial e uma reforma do sistema penitenciário e de segurança para erradicar o crime.

- Promover a justiça ambiental.

- Continuar a promover a igualdade de gênero.
- Superar todas as formas de corrupção e impunidade.
- Proteger os direitos dos salvadorenhos, tanto dentro como fora do país, e criar mecanismos que garantam sua participação nas mudanças realizadas pelo governo da FMLN.

## REGRAS INTERNACIONAIS

■ Favorecer a multipolaridade em escala global, denunciando e condenando todas as ações imperialistas que tentam contra a soberania das nações.

■ Avançar nos processos de integração, unidade e solidariedade com os países da América Central, América Latina e do mundo, no âmbito da diversidade social, política, cultural e econômica.

■ Desenvolver a nossa participação no Foro de São Paulo e apoiar os esforços do Estado para o fortalecimento e desenvolvimento da Petrocaribe, CELAC e outros esquemas de integração.

■ Fortalecer e expandir as relações históricas da FMLN com as forças de esquerda e progressistas do mundo.

■ Assumir a defesa legítima dos governos de esquerda e progressistas da América Latina, do Caribe e do resto do mundo.

■ Promover o respeito pelo direito internacional, a autodeterminação e a paz.



## Referências

Algumas indicações para quem quiser ir além do que é dito neste livro:

O livro *A Revolução Salvadorenha*, de Tommie Sue-Montgomery, publicado pela UNESP.

De Jorge Arias Gómez, a biografia clássica de *Farabundo Martí*, publicada pela editora Ocean Sur.

Do já citado Shafik Hándal, as memórias intituladas *Legado de un revolucionario: Del rescate de la historia a la construcción del futuro*.

Do atual presidente Salvador Sánchez Cerén, *El país que quiero*, publicado em 2012 pela Ocean Sur.

A mesma editoria tem no catálogo diversos livros sobre El Salvador e sobre a FMLN, entre os quais destacamos uma coleção de livros do poeta Roque Dalton.

O catálogo da Ocean Sur pode ser acessado aqui: <<http://www.oceansur.com/catalogo/colecciones/roque-dalton/>>.

Ainda sobre Dalton, pode-se pesquisar no Archivo Digital Roque Dalton. Disponível em: <[www.rdarchivo.net](http://www.rdarchivo.net)>.

Outras páginas eletrônicas onde se pode encontrar informações sobre El Salvador:

Latinoamericana

Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/el-salvador>>.

Jornal digital dirigido pela FMLN

Disponível em: <<http://verdaddigital.com/>>

Opera Mundi

Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/perfis/16619/sequestrador+de+abilio+diniz+em+liberdade+defende+politica+sem+armas.shtml>.

Finalmente, mas não menos importante, recomendamos a leitura do livro de Vanda Pignato sobre o projeto Cidade Mulher. Este livro não está disponível para venda comercial, mas pode ser solicitado à Secretaria da Mulher do governo de El Salvador.

E para que não digam que não falamos de filmes, aqui vai: *Salvador: o martírio de um povo*, dirigido por Oliver Stone.

Claro, nada substitui uma visita a El Salvador.

## Sobre o autor

Valter Pomar é militante do Partido dos Trabalhadores desde os anos 1980. Desde então assumiu diversas tarefas, entre as quais dirigente zonal e municipal, secretário de comunicação do Diretório Regional de São Paulo, terceiro vice-presidente nacional, secretário de relações internacionais e secretário executivo do Foro de São Paulo. Trabalhou com formação política no Instituto Cajamar, foi diretor da revista Teoria e Debate e do Linha Direta, além de integrante da equipe responsável pelo jornal Brasil Agora. Foi assessor do prefeito David Capistrano na prefeitura de Santos (SP) e secretário de Cultura, Esportes e Turismo na prefeitura de Campinas (SP).

Produtor visual gráfico, doutor em história pela Universidade de São Paulo e professor do bacharelado de relações internacionais da Universidade Federal do ABC, Valter Pomar tem diversos livros publicados, entre os quais A armadilha da dívida; O Brasil endividado; Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha; A estrela na janela; A foice, o martelo e a estrela; A metamorfose. Editor do jornal Página 13 e da revista Esquerda Petista.



O livro *El Salvador* foi impresso na gráfica Graphium para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em Avena Soft 80g.

Neste novo volume da coleção *Nossa América Nuestra*, o autor apresenta a história e a política em El Salvador, país que ora passa por um forte ataque da direita contra a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN), numa versão salvadorenha do que ocorreu e segue ocorrendo em todos os países da região onde as forças de esquerda conseguiram conquistar, através do voto, a presidência da República. A experiência salvadorenha trará, certamente, uma contribuição ao debate internacional e nacional, no qual as forças de esquerda se reorganizam.



